

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**O PERFIL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO NINENSE: A PERCEÇÃO DE
SUPERVISORES E DE PROFESSORES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO –
ESPECIALIZAÇÃO EM SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

JASSYNARA MORAES DA SILVA

Orientadora: Professora Doutora Maria Helena Ribeiro dos Santos Silva



Vila Real, 2019

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**O PERFIL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO NINENSE: A PERCEÇÃO DE
SUPERVISORES E DE PROFESSORES**

JASSYNARA MORAES DA SILVA

Dissertação apresentada à Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro - UTAD, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, com especialidade em Supervisão Pedagógica, elaboradas após integralização curricular do Mestrado em Ciências da Educação, sob a orientação da professora Doutora Maria Helena Ribeiro dos Santos Silva.



VILA REAL, 2019

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**O PERFIL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO NINENSE: A PERCEÇÃO DE
SUPERVISORES E DE PROFESSORES**

Dissertação apresentada à Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro - UTAD, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Comissão Examinadora



Vila Real, 2019

*Dedico esta pesquisa a minha mãe,
pois tudo que me tornei até aqui, eu
devo a ela, minha base e estrutura
em tudo!*

Amo-te mãe

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a um Deus tão misterioso que me faz ser quem eu sou, a uma mulher que me olha nos olhos e motiva meus sonhos e Deus me deu a honra de chamá-la de mãe, aos meus irmãos Jaciele, Joelson, Jacileia, Josiel, pelo apoio total e orações a cada viagem que tive que fazer á Portugal, algumas pessoas de minha família que acreditam em minha capacidade e que emanam uma energia positiva com meu sucesso, jamais poderia deixar de agradecer ao apoio de Maria José Quaresma (dona Mazé), por ter mostrado o caminho ao curso de mestrado, aos grupo de amigos de viagens, em especial a minha amiga Joderlane Freitas por ter estado comigo, compartilhamos momentos únicos, as pessoas que esse curso me proporcionou conhecer e que hoje acrescentam meu ciclo de amizade , Sissi, Cleane, Sueleyda e Rafael, aos amigos e amigas que me apoiaram a cada viagem com palavras de incentivo, ao que me aproximei e fazem hoje parte do meu ciclo de vida, que me apóiam e almejam o meu sucesso, a minha orientadora professora Helena que teve tanta paciência comigo, para efetivação dessa pesquisa!

MINHA ETERNA GRATIDÃO!

Uma pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel. Recusa acomodá-se, mobiliza-se, organiza-se para o mundo.

(Paulo Freire)

RESUMO

A realização desta dissertação consiste em uma pesquisa sobre o perfil do Supervisor Ninense: a percepção de supervisores e professores. Tem como principal objetivo caracterizar o perfil do Supervisor Pedagógico na sua atuação pedagógica, face aos professores em formação de acordo com as percepções dos professores e Supervisores Pedagógicos. A revisão da literatura abordou estudos realizados sobre a Supervisão Pedagógica, seus fundamentos legais, funções e o papel que o supervisor exerce. Os participantes do estudo foram quatro professores e três supervisoras pedagógicas do município de Nina Rodrigues-Ma.

Para essa pesquisa foi adotada uma metodologia qualitativa, a técnica utilizada para a coleta de dados, foi a entrevista semi-estruturada, aplicada aos professores e aos supervisores. O tratamento de dados consistiu na análise do conteúdo das respostas dadas pelos participantes às diferentes questões colocadas. A análise dos resultados da pesquisa, permite concluir que o trabalho de Supervisão Pedagógica no município não se enquadra ao conceito atual da Supervisão Pedagógica, segundo o que os teóricos Saviane (2010) Libâneo (2004) Rangel (2004) Schön (1997) e a legislação Brasileira defendem para o perfil dos Supervisores Pedagógicos. As supervisoras Pedagógicas não fazem o acompanhamento nas escolas, os professores confirmam isso ao serem entrevistados, transparecendo em seus relatos o quanto se sentem sem orientação pedagógica em sala de aula e como almejam alguém que os acompanhem e contribua para a melhoria das suas práticas e para o seu desenvolvimento profissional.

As conclusões obtidas foram essenciais para a existência de um perfil caracterizado para o supervisor pedagógico, pois este é um profissional da área da educação, que tem suas funções, obrigações e que deve cumpri-las, cabe a ele o conhecimento e a eventual prática para cumprir o seu papel.

Palavras-chave: Supervisão Pedagógica, Papel do supervisor, Reflexão.

SUMMARY

The accomplishment of this dissertation consists of a research on the profile of Supervisor Ninense: the perception of supervisors and teachers. Our study aims to characterize the profile of Pedagogical Supervisor in its pedagogical performance, in relation to the teachers in formation according to the perceptions of teachers and Pedagogical Supervisors. The literature review addressed studies carried out on Pedagogical Supervision, its legal bases, functions and the role that the supervisor exercises. Given the immense challenges that the Pedagogical Supervision professional has in his action, he is given complex functions of support and partnership with the teacher. The study participants were four teachers and three pedagogical supervisors from the municipality of Nina Rodrigues-Ma. For this research a qualitative methodology was adopted, the techniques used to collect data were the semi-structured interview, applied to teachers and supervisors. Data processing consisted of the analysis of the content of the answers given by the participants to the different questions posed . Through the results of this research, it was verified that the Supervision work in the municipality does not fit the current concept of Pedagogical Supervision. According to what theorists (Saviane: 2010; Libano: 2004; Rangel 2004, SCHON: 1997) defend and Brazilian legislation provides, the actions of the Pedagogical Supervisors stand apart that must be done. Pedagogical supervisors do not follow-up in schools, teachers confirm this when they are interviewed, revealing in their reports how they feel without pedagogical guidance in the classroom and how they want someone who accompanies them and contributes to the improvement of their practices and their professional development . The conclusions obtained were essential to the existence of a profile characterized for the pedagogical supervisor, since this is a professional in the area of education, who has his functions, obligations and must comply with them, it is the knowledge and the possible practice for meet the get paper.

Key words: Pedagogical supervision, Role of supervisor, Reflection. .

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos Supervisores Pedagógicos participantes da pesquisa.

Tabela 2 – Caracterização dos Professores participantes da pesquisa.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 JUSTIFICATIVA.....	12
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	13
1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO	15
1.3.1 Objetivo Geral	16
1.3.2 Objetivos Específicos.....	16
CAPÍTULO II - SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL.....	18
2 INTRODUÇÃO	18
2.1 HISTÓRICO DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL.....	18
2.2 O PAPEL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO DEFINIDO PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.	22
2.3 CARACTERÍSTICAS DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO ASSOCIADAS A PRÁTICAS DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA.	29
2.4 A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO NA PRÁTICA DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA .	33
CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO	39
3 INTRODUÇÃO.....	39
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	39
3.2 DESCRIÇÃO DO ESTUDO.....	40
3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	42
3.4 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	44
3.5 TRATAMENTO DOS DADOS.....	46
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
4 INTRODUÇÃO.....	48
4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS ÀS SUPERVISORAS PEDAGÓGICAS.....	48
4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS APLICADAS AOS PROFESSORES.	58
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES	74
5 INTRODUÇÃO:	74
5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	77
5.3 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

APÊNDICE A	84
APÊNDICE B	86
APÊNDICE C	87
APÊNDICE D	91
ANEXO A	95

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este capítulo abordará a justificativa (1.1), a problematização (1.2), os objetivos do estudo (1.3) e no último ponto a organização do trabalho (1.4).

1.1 JUSTIFICATIVA

Diante dos imensos desafios que o profissional da supervisão pedagógica tem na ação de supervisão, são-lhe atribuídas funções complexas de apoio e mediação com os professores que supervisiona. Neste sentido, o tipo de relação que o supervisor pedagógico estabelece com o grupo de professores que lidera, o trabalho desenvolvido por estes e sua liderança frente a este grupo, passa a ser inerente à sua função, apesar de isso não garantir que atue como tal.

De acordo com Andrade (1979, p. 9), “a supervisão educacional é o processo pelo qual se orienta a escola como um todo, para a consecução de suas finalidades”. Pode ser conceituada, também, como um processo dinâmico de assistência técnico-pedagógica que garante parâmetros para a relação ensino e aprendizagem, orientando os profissionais da escola para uma melhor utilização de recursos humanos e materiais, tendo em vista a busca pela qualidade do ensino (ANDRADE, 1979).

No decorrer do tempo, o conceito e função do supervisor pedagógico modificou-se. Seu objeto de trabalho e suas ações, inicialmente voltados para o controle e para a inspeção, passam a ser mais complexos e desafiadores, pois dizem respeito à formação, à orientação e ao acompanhamento do trabalho pedagógico dos professores em serviço (RANGEL,1998), (VIEIRA, 1993), (ALARCÃO, 2010).

Nesse contexto ao se ter visão do que é a supervisão e qual a função do supervisor, surge então a inquietação de saber e definir qual o perfil do Supervisor Ninense,¹ quais suas práticas, como desempenha sua função. Qual visão esse

¹ Nos referimos as pessoas oriundas do município de Nina Rodrigues , Estado do Maranhão (objeto desta pesquisa).

profissional tem sobre si e qual a visão que o professor tem do supervisor, foram as motivações para a realização desta pesquisa que terá um caráter bibliográfico e se caracteriza como um estudo qualitativo, com recurso a entrevistas que serão realizadas para coleta e análise de dados, a professores e Supervisores Pedagógicos.

O principal objetivo a ser alcançado é a caracterização do perfil do Supervisor Ninense e de acordo com as funções que lhe são inerentes. Ao analisar a figura do supervisor pedagógico como responsável pelo planejamento, organização, operacionalizações do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores, vemos nesse profissional alguém que possa contribuir nas práticas educativas do professor.

Acreditamos que essa pesquisa poderá ajudar na reflexão sobre a prática do supervisor pedagógico que irá pensar sobre o seu trabalho e suas ações, podendo mudar de práticas ou aprimorá-las, caso o trabalho que esteja a realizar necessite de ser ajustado no que respeita ao seu ensino e no que respeita à aprendizagem dos alunos.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A educação do município de Nina Rodrigues, é organizada através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), composta por um secretário de educação e uma equipe que o auxilia: Coordenadores e Supervisores Pedagógicos. Atualmente o número de escolas do município totaliza trinta e nove, sendo que as quatro escolas mais estruturadas estão localizadas na sede e trinta e cinco localizam-se na zona rural.

A supervisão de todas essas escolas está sob a responsabilidade de apenas três supervisoras, sendo uma supervisora para a Educação Infantil, uma para o Ensino Fundamental I e II e outra para Educação de Jovens e Adultos (EJA). Pretendemos com a realização dessa pesquisa conhecer as práticas do supervisor na escola, o que esse profissional vem realizando em seu trabalho, e para chegar as respostas que desejamos far-se-á necessário buscar um histórico da supervisão, para então perceber sua organização e verificar se os supervisores seguem os parâmetros que lhes asseguram seus deveres. Como primeiro passo é necessário saber a conceituação de Supervisão Pedagógica para se entender o papel de um

supervisor. Estudos voltados para a supervisão escolar fizeram com que esta função fosse conceituada sob vários enfoques.

Para entender a origem etimológica da palavra ‘supervisionar’, temos: SUPERVISIONAR = SUPERVISAR’ e ‘SUPERVISAR = dirigir ou orientar em plano superior; superintender, supervisionar’ (FEREIRA, 1993, p. 520).

Sobre supervisão escolar, há inúmeros conceitos que no decorrer dos anos foram se modificando. Eis alguns:

- Nérici (1974, p. 29) afirma que a supervisão escolar é a “visão sobre todo o processo educativo, para que a escola possa alcançar os objetivos da educação e os objetivos específicos da própria escola”;
- Vieira (1993: 28) define supervisão como "a atuação de monitorização sistemática da prática pedagógica, sobretudo através de procedimentos de reflexão e de experimentação", além de ser de "natureza prescritiva";
- Para Alarcão (2001, p. 7) a supervisão “deve ser entendida como ação facilitadora e mobilizadora do potencial de cada um e do coletivo dos seus membros e simultaneamente, responsabilizadora pela manutenção do percurso institucional, traçado pelo Projeto Educativo da Escola” (Alarcão, 2001, p.7).

Em síntese, todos os conceitos se voltam ao sentido da supervisão como um elemento integrador no processo de ensino e aprendizagem, mediando e facilitando as práticas educacionais.

De acordo com Saviani (2003, p. 26), a função de Supervisor Escolar surge: “(...) quando se quer emprestar à figura do inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica, em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições (...)”.

Para muitos professores esse conceito ainda prevalece, já que se continua a olhar o supervisor como alguém que dita norma, que aponta erros. Sobre isso afirma Alarcão (2004, p. 35) ao referir-se a este profissional “como líder”, define como seu objeto de trabalho “o desenvolvimento qualitativo da organização escolar e dos que nela realizam seu trabalho de estudar, ensinar ou apoiar a função educativa por meio de aprendizagens individuais e coletivas”. A imagem de líder é associada a um ser responsável, que sabe e desempenha sua função corretamente, assim se vê no supervisor pedagógico um ser que preza por um bom desempenho escolar, que pensa, articula.

É necessário pensar o supervisor não apenas como um ser que estrutura a ação do professor, que está sempre à frente, no seu pensar pedagógico antes de qualquer coisa. Deve-se pensá-lo como um ser humano que têm sentimentos e fragilidades, que tem que lidar com grupos diferentes de pessoas.

Sobre isso, Freitas (2001, p.207) fala de uma mudança de paradigma na ação supervisora, dizendo que:

É preciso que o/a supervisor/a, juntamente com os professores, problematizem e disponham-se a reconstruir sua identidade profissional à medida que pensam sobre o que fazem e porque fazem, sobre os significados que atribuem às suas práticas, discutindo a intencionalidade de seu trabalho, em permanente diálogo com a realidade, bem como lutando para a transformação das condições institucionais que limitam suas possibilidades de reinventar sua atuação profissional.

De acordo com a contribuição do autor faz-se necessário entender se esses profissionais são mediadores do conhecimento, estão sempre em busca de transformações das instituições e são capazes de reinventar suas possibilidades profissionais. Portanto, buscar conhecer as características do supervisor ninense, sua forma de ser como profissional e as práticas que realiza, são elementos que pensamos ajudam a criar ou repensar um perfil para o supervisor.

Outro fator a ser pesquisado é a visão que o professor tem sobre o supervisor. Se há uma relação de parceria entre supervisor e professor. Considerou-se importante ainda saber os motivos que o levam a ser supervisor, como se deu o processo de inserção no seu trabalho e como desempenha suas tarefas de supervisão, para melhor compreender seu perfil.

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

Diante do anteriormente referido, nos propomos perceber se a figura do supervisor pedagógico está inserida no contexto escolar, a articular novas práticas educativas, que sejam capazes de favorecer o desenvolvimento pleno de um currículo diferenciado, capaz de atender às diferenças culturais e pessoais e, ainda, de contribuir para a formação continuada do corpo docente, cujo crescimento profissional e melhoria do processo de ensino e aprendizagem sejam os fins a atingir. A partir desses pressupostos percebe-se o quanto esse profissional é importante dentro da escola e sua prática pode fazer o diferencial no trabalho educativo.

Assim, com a realização desta pesquisa busca-se conhecer a prática do supervisor pedagógico, como realiza seu trabalho e, para isso, analisar a sua ação e características do seu perfil.

O estudo que se apresenta tem assim os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo Geral

- Caracterizar o perfil do Supervisor Pedagógico na sua atuação pedagógica, face aos professores em formação de acordo com as percepções dos professores e Supervisores Pedagógicos.

Em paralelo, pretendemos ainda atingir os seguintes objetivos mais específicos:

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar o conceito de Supervisão Pedagógica dos professores e dos supervisores pedagógicos.
- Averiguar se a proposta da Legislação da Supervisão Pedagógica é orientadora da ação do supervisor pedagógico junto ao professor na prática escolar.
- Caracterizar, na perspectiva do supervisor, a relação que se estabelece entre equipe diretiva no trabalho pedagógico.
- Comparar as percepções de professores e supervisores sobre a prática pedagógica.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo – Introdução onde se apresenta o âmbito do trabalho, a justificativa da pesquisa, que razões provocaram o estudo sobre a temática e expor as razões que levaram à escolha do mesmo, as inquietações da problematização, a abordagem da pesquisa, ainda são definidos os objetivos do estudo desta pesquisa.

No segundo capítulo – estão inseridos os teóricos e estudiosos que se consideraram importantes para a realização desse trabalho, tendo como tema principal “A Supervisão Pedagógica” - a expor de forma sintética, sobre o histórico da Supervisão Pedagógica no Brasil, para conhecermos um pouco seu surgimento, o papel do Supervisor Pedagógico definido pela legislação brasileira. O que se pretende nesse tópico é esclarecer, embasados legalmente, qual o papel do Supervisor Pedagógico a incluir também os Fundamentos Legais para conhecermos as leis que regem a Supervisão Pedagógica no nosso país.

No terceiro capítulo – Metodologia , é caracterizado e descrito este estudo, apresentada a caracterização dos participantes, os instrumentos de recolha de dados e, por fim, a forma como os mesmos foram tratados.

Do quarto capítulo - Apresentação e análise dos resultados, consta a apresentação e análise dos resultados das entrevistas realizadas aos supervisores e a apresentação e análise dos dados das entrevistas realizadas aos professores.

No quinto capítulo - Conclusões - apresentam-se as conclusões que resultaram das interpretações das entrevistas que, não sendo passíveis de generalização dadas as características do estudo, podem, a nosso ver tornar-se interessantes no campo da Supervisão Pedagógica e até, de certo modo, para refletirmos sobre algumas ideias preconcebidas, relacionadas à prática do supervisor pedagógico. Em seguida, apresentam-se as limitações do estudo e sugestões para trabalhos futuros.

CAPÍTULO II - SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL

INTRODUÇÃO

Este capítulo abordará o histórico da Supervisão Pedagógica no Brasil (2.1), o papel do Supervisor Pedagógico definido pela Legislação Brasileira (2.2), Características do Supervisor Pedagógico associadas a práticas da Supervisão Pedagógica (2.3) e a importância da reflexão na prática da Supervisão Pedagógica (2.4).

2.1 HISTÓRICO DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL

A chegada dos jesuítas em 1549, no Brasil, é um marco para a organização das primeiras atividades educativas existentes no país. Padre António de Nóbrega em seus atos fazia uma espécie de função supervisora, mesmo o termo ainda não existindo na época. Somente depois da morte do padre António de Nobrega, em 1570, é que o termo supervisão começa a surgir no Plano Geral dos Jesuítas, o Ratio Studiorum.

De acordo com Ferreira (2006,p 21)

Explicita-se no Ratio Studiorum a ideia de supervisão e supervisão educacional. Ou seja, a função supervisora é destacada (abstraída) das demais funções educativas e representada na mente como tarefa específica para qual, em consequência, é de destinado um agente também específico, distinto do reitor e dos professores, denominado prefeito de estudos.

No período dos séculos XVIII e princípios do século XIX, a supervisão tinha por principal função inspecionar, reprimir, checar, uma espécie de monitoramento, seguindo a ideia da industrialização, que visava melhoria no trabalho. Terminando o século XIX e já no início do século XX, o conceito de supervisão pedagógica muda, buscando o estabelecimento de padrões de comportamento mais definidos e usar critérios de aferição do rendimento escolar dos alunos, objetivando a eficácia do ensino.

Na segunda década do século XX houve um grande avanço na industrialização e urbanização, com isso ocorreram algumas mudanças na economia e a área educacional também teve que passar por mudanças. Nesse período surgiu outra categoria profissional denominada de especialistas em educação, o supervisor estava incluído nessa categoria. De acordo com Saviani (2010: 25) houve uma

reorganização da administração pública no sentido de separar do setor técnico pedagógico os que exerciam as funções administrativas. Ou seja, as funções de supervisor, inspetor e diretor foram separadas e estes profissionais foram denominados como “técnicos em escolarização”.

Após a revolução de 1930 a população brasileira passou por grandes transformações surgindo a necessidade de se reestruturar o ensino. A reforma Francisco Campos, que aconteceu no Brasil em 1931, foi dada como um momento que o Supervisor Pedagógico é tido como líder que irá contribuir com o ensino, para os objetivos estabelecidos na reforma.

Saviane (2010,p. 28), diz que:

As reformas de Francisco Campos em 1931 e as reformas Capena, de 1942 a 1946, dão sequência, agora em âmbito nacional, ao processo de estruturação/reestruturação do ensino brasileiro que irá desembocar na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional promulgada em 20 de dezembro de 1961 (Saviane, 2010).

Em 1942, com o Decreto-Lei nº 4.244 a função do supervisor é direcionada a inspeção administrativa do trabalho de professores e nesse decreto,em seu art. 75, parágrafo 1º, “a inspeção far-se-á não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica”, aplicando-se dessa forma, às atividades de inspeção. Ferreira (1997) diz que, “a separação entre “parte administrativa e a “ parte técnica”, é a condição para o surgimento da figura do supervisor, como distinta do diretor e também do inspetor.

A década de 1950 traz uma nova concepção e um novo olhar para a educação. Acredita-se na educação como instrumento de transformação social e nesse período o Brasil fez alianças com os Estados Unidos objetivando garantir formação específica para os especialistas, inclusive os de supervisão escolar. Nesta mesma época nota-se que o aumento da qualidade da rede escolar, não se fazia sentir na qualidade do ensino ministrado, ou seja, no aumento do número da matrículas e a necessidade de professores para atender à demanda de alunos matriculados.

Nesse contexto foi necessário recrutar pessoas sem preparação na área educacional para ensinar e surgiu nesse mesmo período o Programa Americano-Brasileiro de Apoio ao Ensino Elementar (PABAE). Esse programa resultou de um convênio do governo brasileiro, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC),

com os Estados Unidos, cuja meta era dar assistência tecnológica financeira à educação brasileira.

Na década de 60 do século XX, o Brasil passava por tensões políticas, sociais e econômicas e, em função disso, a educação começa a ser tratada como assunto de segurança nacional. Em 1964 surgiu a Ditadura Militar no país neste período é ofertado a educação no modelo de pedagogia tecnicista . Para Ferreira (2006,p.30) o anseio da pedagogia tecnicista era garantir a eficiência e a produtividade do processo educativo. No espaço das escolas as ideias tecnicistas e capitalistas da divisão de trabalhos eram reforçadas e era função do supervisor garantir a qualidade do ensino.

Sobre a supervisão pedagógica, Medina (2002,p. 44), ressalta que :

A supervisão evolui para a forma combinada de treinamento e orientação com objetivo de auxiliar todo o pessoal envolvido no processo de educação e ensino [...] O supervisor não perde o vínculo com o poder administrativo das escolas. Agora, além de assegurar o sucesso das atividades docentes de seus colegas, professores de classe devem também controlá-los.

Ainda no início da década de 70 o movimento na educação do Brasil chamado escola tecnicista está implantado nas escolas brasileiras. Esse movimento tinha como proposta estimular o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos dos alunos para que servissem os interesses do sistema social da época. Ainda nessa altura, o supervisor ganha mais poder com a lei nº 5692/71, a qual lhe confere o papel de orientar todo o trabalho relacionado com a escola. O supervisor tinha a função de controlar o processo de produção do trabalho dos professores, assumindo assim características de coordenação e direção do trabalho.

Não se pode deixar de falar nas contradições que a ação da supervisão criou dentro dos espaços escolares entre os educadores, pois se tratava de uma fase de transição, passando de uma simples inspeção para um trabalho democrático, algo bem difícil para muitos educadores.

Com este novo cenário de criação de decretos, surgimentos de programas e movimentos voltados para a educação, a sociedade vê uma possível abertura política e surgem indagações, sobre a maneira que a educação era tratada no país. Na literatura nomes de autores como Freire (1972), Freitas (1974) e Saviani (1973) começam a pensar um novo movimento tentando mudar a situação educacional, dando um novo olhar, uma dimensão reflexiva . Os professores

passam então a lutar pela reconquista da participação na definição das políticas educacionais e na luta por uma escola que seja pública.

Miguel Arroyo, em uma palestra realizada em 1982 no IV Encontro Nacional dos Supervisores Escolares, expressa o seguinte:

Na figura do supervisor como representante do poder, guardião dos conteúdos e metodologias preestabelecidas, dificilmente terá lugar um projeto que exija criatividade e inovação. Em primeiro lugar, o supervisor terá que conquistar sua autonomia e exercer sua criatividade; em segundo lugar, ou simultaneamente, permitir e organizar a criatividade e autonomia dos docentes e dos estudantes.

Com um novo olhar sobre a função do supervisor Urbanetz e Silva (2008), denominam este profissional como um gerente responsável pelo processo educativo e referem que tais articulações da atividade pedagógica se alteraram no final da década de 80.

As exigências sobre a Supervisão Pedagógica foram formalizadas mais tarde nos anos noventa com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996, através da Lei nº 9.394/96.

O que se almejava era que o Supervisor Pedagógico tivesse uma identidade própria e, para que isso pudesse ocorrer, seria necessário uma regulamentação de sua profissão, que embasaria a sua atuação profissional.

Sobre a ótica de mudança, Alarcão (2001, p. 12) comenta sobre o novo cenário brasileiro do Supervisor Pedagógico que possibilita que este saia do papel de orientador e controlador contrapondo-se a esse papel “uma concepção mais colaborativa da supervisão concebida como uma co-construção com os professores, do trabalho diário de todos na escola”. Este é entendido como um profissional que realiza seus trabalhos em equipe, com foco na qualidade do ensino.

Com a implantação da LDB Nº 9394/96, até aos dias atuais a supervisão passa a ser considerada como sinônimo de Coordenação Pedagógica, essa denominação está presente na maioria dos municípios brasileiros e torna-se exigência que o profissional de supervisão esteja preparado para que possa agir de forma crítica e reflexiva. Preparado para participar e intervir, contribuindo com o processo educativo, de acordo com as necessidades existentes no seu contexto de trabalho.

Diante esse processo histórico surge uma nova conquista: o Projeto de Lei nº Lei 4.412 de 2001 que regulamenta a profissão de Supervisor Pedagógico,

podendo este atuar em órgãos centrais e regionais de ensino, estabelecimentos escolares e todas as áreas que desenvolvem ação de formação.

O Supervisor Pedagógico se manteve por uma longa trajetória histórica exercendo seu papel mediando, orientando, a ação supervisiva contribui com o desenvolvimento profissional e as dinâmicas do seu próprio processo de mudança. O mundo contemporâneo é marcado por mudanças constantes e sistemáticas, assim não basta somente delegar e esperar pelos resultados, tendo a certeza que metas serão alcançadas, é necessário um profissional ativo que cumpra seu papel e exerça suas funções.

Para Formosinho (2002) é tempo de uma supervisão reconceptualizada, de colaboração ativa, de metas acordadas por meio de contratos, participações e reflexões sobre a realidade que se experimenta nos contextos educativos. O supervisor vive a realidade atual e isso exige-lhe legitimidade no desempenho de suas funções, inclusive e principalmente com os professores, o que está de acordo com as ideias de Muramoto (2009, p. 4) quando afirma que:

A legitimidade da supervisão entre educadores depende, portanto, de que tudo aquilo que os supervisores façam, dentro ou fora das escolas, esteja ao serviço da construção da educação de qualidade para todos, como direito e, seja conduzido de forma dialogal, problematizadora, como oportunidade de aprendizagem e crescimento para os sujeitos envolvidos.

O supervisor pedagógico contemporâneo é mais que um técnico porque exerce um papel no qual deve participar e tomar decisões, bem mais do que apenas ter conhecimento sobre sua área específica. É-lhe exigido um novo olhar, como a necessidade de reflexão sobre os acontecimentos que ocorrem no mundo, de forma a poder agir beneficentemente na sociedade.

2.2 O PAPEL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO DEFINIDO PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.

Para compreender o papel do supervisor pedagógico brasileiro, é necessária uma análise de seu processo histórico, conforme foi realizado no ponto anterior, desde a influência dos jesuítas até ao modelo de supervisão adotado dos Estados Unidos até os tempos atuais.

Nos séculos XVIII e XIX, ação supervisora no Brasil, era praticada com a função de controlar o trabalho do professor, onde o supervisor pedagógico não tinha

a liberdade para exercer seu papel, esse era o real motivo que se pretendia. “Para uma sociedade controladora, uma educação controladora; para uma educação controladora, um supervisor controlador e também controlado” (SILVA JR, 2004, p 93).

Tal situação passou a incomodar os profissionais da educação, que não satisfeitos, começaram a analisar e refletir sobre o que se passava. A partir daí foi discutido o que seria necessário mudar e algumas alternativas foram criadas, visando a função social da escola e o papel que os profissionais da educação exerciam.

Pesquisadores e estudiosos começam a refletir e buscar soluções, do que estava ocorrendo e dentre eles se destaca Paulo Freire (1992). Esses pesquisadores retratavam a realidade além de instigar e mobilizar um direcionamento para a mudança, trazendo a esperança, o respeito aos saberes dos educandos e aos princípios da prática pedagógica dos educadores. Com essa novidade surgindo é sentida a necessidade de atribuir ao papel do supervisor pedagógico a competência de reflexão, para que possa refletir sobre suas práticas e fazer sobre as mesma refletir o professor,aprimorando seu papel de ensino e aprendizagem de seus alunos.

Assim diz Medina (2002, p. 46):

O supervisor abdica de exercer poder e controle sobre o trabalho do professor e assume uma posição de problematizador do desempenho docente, isto é, assume com o professor uma atitude de indagar, comparar, responder, opinar, duvidar, questionar, apreciar e desnudar situações de ensino, em geral, e, em especial, as da classe regida pelo professor.

Como as novas atribuições do supervisor pedagógico requerem desse profissional ações renovadoras para que a qualidade ocorra na prática pedagógica, Rangel (1988 pp. 13-14) situa este profissional no sentido pedagógico, caracterizando seu trabalho como de “assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”.

Convém destacar que a supervisão pedagógica se fortaleceu institucionalmente com a Lei nº 5.692/71, lei que possibilita uma nova orientação educacional, novos conceitos pedagógicos.

Sobre esta Lei, Silva (2003, pp. 25-26), esclarece que:

As mudanças propostas pela Lei nº 4692/71, ocorreram num momento político-administrativo altamente autoritário e centralizador. Conseqüentemente, a maior parte das medidas em nível de resoluções e portarias tomadas a partir de então, procuraram enfeixar cada vez mais nas mãos das Secretarias Estaduais o controle das decisões, negando, assim, a descentralização proposta na Lei anterior.

Com o novo modelo educacional que estava surgindo na época, algumas necessidades começaram a surgir, logo as teorias educacionais necessitavam ser conhecidas pelos integrantes do sistema de ensino, para ter conhecimento e um bom desempenho de suas funções

A profissão do supervisor pedagógico passa a ser reconhecido de maneira legalizada como profissional da educação, passando a ter suas atribuições definidas pelos órgãos superiores. De acordo com Silva Júnior(p.34-35), o Decreto nº 5.586/75, no artigo 7º, do estado de São Paulo, define essas atribuições, entre as quais se destaca:

- (...) II- Zelar pela integração do sistema, especialmente quanto à organização curricular; (...)
- IV- Elaborar os instrumentos adequados para a sistematização das informações; (...)
- X- Cumprir e fazer cumprir as disposições legais relativas à organização didática, administrativa e disciplinar emanadas das autoridades superiores; (...)
- XI- Apresentar relatório das atividades executadas, acompanhado de roteiro de inspeção (1984, pp. 34-35).

Rangel (1988, p. 14), transcreve a Portaria nº 06/77 da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, sobre as atribuições do 'orientador pedagógico', nomenclatura dada ao Supervisor Escolar naquele Estado:

- Planejamento, acompanhamento, avaliação e controle:
- 1.1- Planejar a dinâmica da orientação pedagógica em consonância com os objetivos da unidade de ensino; (...)
 - 1.4- Acompanhar o desenvolvimento do currículo, em entrosamento direto com a Direção do estabelecimento e a equipe de orientação educacional;
 - 1.5- Avaliar, continuamente, o processo de ensino-aprendizagem com vistas à realimentação do sistema; (...)
 - 1.8- Elaborar, implementar ou opinar sobre projetos de caráter técnico pedagógico.

Constata-se nas citações acima a evidência de que o supervisor pedagógico tem a função de acompanhar e averiguar como está a ocorrer o processo de ensino e a aprendizagem, se está ou não apenas a reproduzir os antigos modelos de aulas antes exigidos, onde o professor reproduzia o que tinha no livro, ditava suas aulas e não dava espaço para o aluno questionar, interagir na aula.

Paulo Freire intitula essa educação como bancária e se refere que “deforma a necessária criatividade do educando e educador” (1996, p. 27).

Baseado na Lei de Diretrizes de Base Brasileira LDB, Anjos (1988) se refere à Lei Estadual nº 7,132 de 13 janeiro de 1978, que ao criar os cargos de Especialistas em Educação do Rio Grande do Sul, apresenta dentre outras, as atribuições seguintes:

Coordenar o planejamento de ensino e o planejamento de currículo; -
Assessorar aos outros serviços técnicos da escola, visando manter a coesão na forma de pesquisar os objetivos propostos pelo Sistema Escolar;
- Avaliar o grau de produtividade atingido em nível de Escola e em nível de atividades pedagógicas (p. 15).

Com as novas atribuições dadas ao supervisor notamos um novo olhar sobre a função do supervisor. Urbanetz e Silva (2008) denominam este profissional como um gerente responsável pelo processo educativo e afirmam que tais articulações da atividade pedagógica se alteraram no final da década de oitenta, visto que todas as esferas sociais e discussões acadêmicas exigiam essa nova conduta, sendo estas formalizadas mais tarde, ao ser promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996, através da Lei nº 9.394/96.

A nova Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96, em seu artigo 64, estabelece que:

A formação de profissionais da educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantido nesta formação a base nacional comum.

Para Ferreira (2004, p.84):

[...] o artigo 61, da mesma lei, ratifica a formação desses profissionais para o exercício das práticas que o pedagogo deve desenvolver e pelas quais deve se responsabilizar, garantindo, nessa formação, a base comum nacional.

Após a criação e promulgação da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação, LDB Nº 9.394/94, a outra lei criada que trata sobre a Supervisão Pedagógica Brasileira, foi o Projeto de Lei Nº 4.412/01(anexo A), do deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), que regulamenta o exercício da profissão de supervisor pedagógico como especialização da área de administração escolar da qual destaca-se:

Art. 2º O Supervisor pedagógico tem como objetivo de trabalho articular crítica e construtivamente o processo educacional, motivando a discussão coletiva a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso dos alunos, através de currículos que atendam às reais necessidades da clientela escolar, atuando no âmbito dos sistemas educacionais federal, estadual e municipal, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino e em instituições públicas ou privadas.

O supervisor pedagógico passa então a ganhar uma característica de um profissional articulador no processo educacional, alguém que incentivará os alunos a permanência em sala de aula.

Sobre as atribuições do Supervisor Pedagógico se dispõe a:

- I – coordenar o processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos Planos de Estudo e dos Regimentos Escolares;
- II – investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da Educação e integrantes da Comunidade; (...)
- VI – promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação; (...)
- IX – planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional; (...)
- X – propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço (...)

A respeito da formação do Supervisor Pedagógico, ao Projeto de Lei nº 4.412 de 2001 determina, em seu Art. 2º, que:

O exercício da profissão de Supervisor Educacional é prerrogativa dos portadores de diploma de curso de graduação obtido em instituição de ensino superior devidamente autorizada e credenciada pela autoridade competente do sistema de educação nacional.

O relator deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), adequou o texto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Com a modificação, foi excluído o artigo que tornava a profissão exclusiva dos portadores de diploma de curso superior em pedagogia. A LDB permite que a profissão seja exercida também pelos pós-graduados em supervisão educacional ou supervisão escolar.

No parágrafo único do Art. 2º que regulamenta, ainda, que a obtenção do diploma dar-se-á em:

- I – Curso de Pedagogia, Habilitação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar;
- II – instituição estrangeira de ensino superior, revalidado e registrado como equivalente ao diploma mencionado no inciso I;
- III – curso de pós-graduação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar

O Projeto de Lei 4.412/2001 é uma proposta para a regulamentação do profissional de Supervisão Pedagógica, que sugere de forma ampla suas 31 atribuições, ficando a cargo dos Sistemas de Ensino o detalhamento de suas funções de acordo com suas necessidades e peculiaridades. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será encaminhado agora à análise do Senado.

O Deputado Federal Cezar Schirmer criou este projeto argumentando que a escola é reconhecida como instituição que precisa ajustar-se à realidade a fim de cumprir seu papel social, embora existindo inúmeras dificuldades que limitam as renovações em termos de ação educativa.

Neste sentido, o Deputado afirma que para reverter esta situação é necessário:

Revisar e redefinir papéis até agora existentes, a fim de adaptar-se às novas exigências sociais, transformando a educação escolar em um dos instrumentos do desenvolvimento individual, social e econômico, colaborando, decididamente, para a construção da própria cidadania. (Lei nº 4.412/2001),

A partir desse projeto o papel do supervisor pedagógico passa por outra função que é de articulador no processo educativo. Não é o suficiente somente as leis serem feitas, regulamentadas, o supervisor terá que cumpri-las.

Em meados da década de 90 apenas o indivíduo que tinha a graduação em Supervisão Pedagógica podia trabalhar nessa área. A criação do projeto de Lei 4.412 de 2001, habilita também o curso de pós-graduação como suficiente para exercer a profissão. No projeto também fica definido, em seu Art. 3º que:

O campo de atuação do Supervisor Educacional abrange:
I – os órgãos centrais e regionais dos sistemas de ensino;
II – as instituições de ensino;
III – todas as áreas que desenvolvem ação de formação.

Sendo assim o supervisor pedagógico pode atuar além das instituições de ensino, contando que tenha a necessidade de organização em espaços de formação.

Constata-se que a atuação do Supervisor Pedagógico torna-se abrangente, podendo atuar em diversos espaços, colocando em prática suas funções e cumprindo seu papel. O supervisor pedagógico, ao visar a melhoria no processo de ensino e a aprendizagem dos alunos, torna-se capaz de atuar com inteligência, adquirindo habilidades para exercer suas atividades de maneira responsável.

Nesta perspectiva surge um novo papel para o supervisor pedagógico, ele passa agora a ser encarado como um líder, cujo perfil deve ser democrático e o cumprimento de suas funções pedagógicas deve ocorrer de modo que essa característica de mudança surja como um desafio que provoque uma reflexão para a ressignificação de sua atuação de liderança. Neste desafio pedagógico surge a reflexão e ressignificações, que desafia o supervisor pedagógico a construir caminhos educacionais que emergem na formação humana.

Alarcão (2001, p.20), corrobora ao comentar que em uma escola onde há a participação e a democratização, algumas posturas como a iniciativa devem ser acolhidas porque se dá a abertura às ideias do outro e, portanto, existe uma descentralização do poder que possibilita o envolvimento de todos com o trabalho e este senso de coletividade deve ser compreendido como imperativo e riqueza. Assim complementa a autora: “liderança, visão, diálogo, pensamento e ação são os cinco pilares de sustentação de uma organização dinâmica, situada, responsável e humana”.

Para se ter um supervisor pedagógico democrático é necessário gerar e manter princípios básicos como as discussões de ideias, o respeito e a compreensão pelo pensamento do outro e dar liberdade a todas as formas de expressão que envolvem o cenário da educação.

De acordo com Nérici (1978), o supervisor que realiza seu trabalho a partir de uma perspectiva democrática deve apresentar na sua postura uma habilidade para o respeito do indivíduo e da sua individualidade, despertar a iniciativa e a criatividade dos seus docentes, onde a inter-relação é incentivada através do espírito de grupo.

O papel do supervisor pedagógico está sempre associado ao contexto social e político da história, se ocorre mudanças o supervisor pedagógico deverá atuar de acordo com as mudanças ocorridas na atualidade do seu tempo. Durante tudo que aconteceu no percurso das fases vividas pelo supervisor pedagógico, é perceptível que a supervisão pedagógica é organizada como profissão em um espaço de tempo que vai se adequando mediante as atualizações. Não convêm uma prática supervisiva retroativa ao seu espaço-tempo, antes é necessária uma relação entre as exigências do mundo moderno e o exercício dos diversos papéis do supervisor.

A supervisão pedagógica passa por constantes transformações, diante disso é necessário que o supervisor permaneça atualizado e adaptado a essas transformações, para que possa se tornar um profissional com reflexo do momento global. Para isso, deve ser um agente pedagógico que, de acordo com Alves e Alves (2012, pp. 197-198), deve “construir, criar, reinventar, contradizer, contraditar, experimentar o novo saber; lançar-se ao desconhecido, ao duvidoso, ao incerto e tentar, permanentemente, se reeducar e melhor contribuir com processo educativo”.

2.3 CARACTERÍSTICAS DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO ASSOCIADAS A PRÁTICAS DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA.

O perfil do supervisor pedagógico se transforma de acordo como foi analisado no ponto anterior, por isso é exigido deste profissional uma postura de sujeito dinâmico, interativo, construtor de seus saberes e consciente de suas ações, pois essa postura se reflete na ação de supervisão.

Stones (1984), citado por Vieira (1993 pp 53-54), refere que a “supervisão” é qualificação necessária para se ser supervisor. Prossegue dizendo que a atividade do supervisor é bastante complexa uma vez que essa supervisão deve ser constituída por várias “capacidades” (pessoais) sequencialmente relacionadas:

- (i) Visão apurada - para ver o que acontece na sala;
- (ii) Introvisão - para compreender o significado do que lá aconteceu;
- (iii) Antevisão – para ver o que poderia estar a acontecer;
- (iv) Retrovisão - para ver o que deveria ter acontecido e não aconteceu;
- (v) Segunda-visão – para saber como fazer acontecer o que deveria ter acontecido e não aconteceu.

Para definir um perfil é necessário um conjunto de características ou competências necessárias ao desempenho de uma atividade, cargo ou função. O supervisor pedagógico assim como outro profissional, deverá ter suas qualidades relacionadas aos conhecimentos da sua profissão, que caracterizam suas ações. Essas características devem ser identificadoras, definidoras, qualificadoras e integradoras da descrição de um perfil profissional e servem sobretudo como um instrumento referenciador.

Alarcão e Tavares (1987) afirmam que as situações de supervisão pedagógica devem caracterizar-se por relações interpessoais, dinâmicas,

encorajadoras e facilitadoras de desenvolvimento e aprendizagem, de forma comprometida e consciente. Pretende-se com elas maximizar as capacidades do professor como pessoa e como profissional e, em simultâneo, que se repercutam num melhor grau de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, através de um ensino de qualidade ministrado em condições facilitadoras da própria aprendizagem (pp.85-86).

As características do supervisor pedagógico surgem como elementos para a ação educativa e devem ser adequadas à prática pedagógica, por isso são impostas algumas competências necessárias para esta prática. Vieira (1993) diz que o supervisor deve possuir competências fundamentais como: abertura, disponibilidade, flexibilidade e sentido crítico para com os supervisionados.

Conlow (2001) diz-nos que é muito importante a colaboração entre o supervisor e os supervisionados. O supervisor deverá possuir as seguintes competências:

- Pessoais – ser honesto, educado, respeitador e competente;
- Interpessoais – compreender as dinâmicas do trabalho, apoiar e orientar os outros;
- Comunicativas – manter uma comunicação eficaz;
- Desempenho – criar expectativas, definir objetivos claros, dar feedback e supervisionar com flexibilidade.

Alarcão (2002) afirma que o supervisor pedagógico é um professor, mas um professor de valor acrescentado, e elenca as suas competências por analogia com as do professor, mas enfatizando a dimensão humana, no que concerne ao valor das capacidades interpessoais em situações sociais organizacionais.

Não dá para definir características padrão do supervisor pedagógico, sabendo que a realidade em que vive, o seu público e situação social são fatores que influenciam a sua ação.

Alarcão (2002) e Alarcão e Tavares (2003, p. 151) mencionam que é “(...) impossível definir-se com precisão as competências exatas dos profissionais, nomeadamente dos profissionais da educação como é o caso dos supervisores pedagógicos (...)”. Desta forma, classificam como “indicadores de função exemplificativa” as competências cívicas, técnicas e humanas e defendem que os supervisores têm de “saber estabelecer as relações entre reflexão, planificação, ação, avaliação e monitorização” (ALARCÃO, 2002, p. 232).

Estas competências podem agrupar-se em quatro tipos: competências de comunicação e relacionamento profissional; de dinamização da formação; interpretativas, de análise e avaliação (ALARCÃO, 2002 E ALARCÃO & TAVARES, 2003).

Com o conhecimento das características da prática pedagógica o supervisor pedagógico pode compreender melhor suas funções, desempenhar um trabalho com resultados significativos, desenvolver suas habilidades e competências e ainda melhorar a relação com professor.

Segundo enuncia Vieira (1993, p. 32), são quatro funções atribuídas ao supervisor e são:

- “Informar: o supervisor tem como função primordial fornecer informação, relevante e actualizada, no âmbito das áreas de supervisão, observação e didáctica, em função dos objectivos e necessidades de formação do professor que orienta. O supervisor deverá ser uma pessoa informada;
- Questionar: para além de informar, o supervisor deve ser capaz de problematizar o saber e a experiência questionando o que parece óbvio, interrogando sobre a realidade que observa. Deve igualmente equacionar os problemas da prática e confrontar opções alternativas. Como pessoa que se questiona e que questiona o que o rodeia no seu dia a dia profissional, o supervisor deve ser também um prático reflexivo, que deve encorajar o professor a assumir com ele uma postura reflexiva; Sugerir: o exercício desta função depende directamente da consecução das funções anteriores. A sugestão de ideias, práticas, soluções, motiva e impulsiona a realização de projectos pelos quais o supervisor se responsabiliza juntamente com o professor. Neste âmbito sugerir não significa impor, mas propor, na consideração do poder de decisão do professor;
- Encorajar: no âmbito do relacionamento interpessoal, e em estreita relação com a função de sugestão, o encorajamento assume um papel fundamental na relação de supervisão. A sua carga afectiva influencia de modo significativo o equilíbrio emocional do professor, assim como também a sua postura global face ao processo de formação profissional;
- Avaliar: no sentido lato do termo, avaliar significa formular (quer seja verbalmente ou não) um juízo de valor sobre algo. A avaliação, sempre presente em qualquer processo de supervisão deve ser encarada no seu

sentido formativo e não de classificação. O seu exercício é essencial à monitorização da prática pedagógica e não exclusivamente do supervisor. A explicitação de procedimentos de avaliação pelo supervisor e pelo professor constitui, por si só, um factor de abertura e de clarificação de uma função que não só é saudável como imprescindível em qualquer processo de formação profissional”.

Para a efetividade e bons resultados nas práticas da supervisão pedagógica do supervisor, Ferreira (2010, p. 22) elencou cinco características básicas para a prática pedagógica:

- **Dinamicidade:** Que se revela na ação cotidiana e flexível, que busca o alcance das ideias educativas, envolvendo, portanto, todas as contribuições que favorecem o aperfeiçoamento do processo ensino e aprendizagem;
- **Criatividade:** que se revela na força de transformação da problemática do dia a dia em fonte de inspiração e propulsão para as novas buscas, para novas soluções;
- **Cientificidade:** Que se revela na busca de fundamentos teóricos para a reflexão metódica em torno da organização e da atuação sistemática;
- **Organicidade:** Que se revela na tentativa de ordenar e hierarquizar todas as informações, sugestões e esforços que possam ser úteis ao serviço e ao processo de ensino aprendizagem, de forma a construir um verdadeiro sistema aberto de ações;
- **Unidade:** que se revela pela ação unificadora em direção aos princípios, fins e filosofia da educação, buscando coesão em torno da proposta pedagógica da escola e mantendo como atributos a integração técnico pedagógica, o apoio mútuo e a interdisciplinaridade.

As características descritas anteriormente e que competem ao supervisor pedagógico servem para que o profissional compreenda e adeque ao seu trabalho, além de proporcionar uma reflexão voltada para a sua prática, para que possa assumir seu papel e desempenhar suas funções, tornando-se um parceiro dos professores no processo de ensino e de aprendizagem.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO NA PRÁTICA DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Uma dos objetivos da supervisão pedagógica é o estímulo da capacidade de reflexão dos professores, o pensar as diversas tarefas educativas e analisar as ações tomadas de maneira reflexiva. Alarcão e Roldão (2010) afirmam que a grande qualidade da supervisão é estimular a capacidade de refletir, de ajuizar as tarefas executadas pelo profissional de forma crítica, indo ao encontro da concepção de professor reflexivo.

Ainda segundo Alarcão e Roldão (2010, p. 28) “a natureza questionadora, analítica, interpretativa, teorizadora e reflexiva do trabalho supervisivo, assente num acompanhamento e discussão permanente do processo e da ação e dos seus resultados” aparenta ser o caminho correto na ajuda e na formação do conhecimento profissional do professor.

É fundamental refletir sobre as práticas para que se possa alcançar mais conhecimento em relação ao desempenho profissional e se possa proporcionar situações para que o professor também seja capaz de realizar reflexão sobre a sua prática em sala de aula.

Na formação docente e práticas docentes, o momento crucial é o da reflexão crítica sobre a prática. Desta forma, se retrata que:

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosa idade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Não é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade de mudar. Para mudar e de cujo processo se faz necessariamente sujeito também (FREIRE, 1999, p. 18).

Schön (1983, p. 4), sobre esse processo reflexivo, revela que refletir sobre as ações que realizamos é o processo mais extraordinário, já que, permite áqueles que praticam essa reflexão encontrar o fundamental da sua prática. A reflexão possibilita o desenvolvimento de conhecimentos e o melhoramento das ações, pois permite saber analisar o que esta indo bem ou que precisa ser aprimorado.

Esta discussão reflexiva, abordada por Schön (1997) é de natureza construtiva, já que as competências do professor não se limitam aos saberes técnicos e científicos adquiridos, mas também à capacidade de conseguir atuar e reagir perante situações novas com que é confrontado no seu trabalho. O supervisor pedagógico será o agente que estimula a reflexão. Desta maneira o supervisor pedagógico torna-se peça fundamental para ajudar os professores a “compreenderem as situações, a saberem agir em situação e a sistematizarem o conhecimento que brota da interação entre acção e o pensamento” (ALARCÃO & TAVARES, 2003, p. 77).

Com a finalidade de falar da forma de atuação dos profissionais que agem de maneira eficaz nas situações imprecisas da prática, Schön (1992 apud SILVA, 2000) nos apresenta os conceitos de conhecimento na ação, reflexão – na ação, reflexão – sobre – ação e reflexão – sobre a reflexão na ação.

A atividade prática é resultante do conhecimento na ação que é um saber fazer que os profissionais comprovam no cumprimento da ação e que obtiveram a partir de experiências e reflexões passadas. Parte desse conhecimento é implícito e configura-se, cada vez mais, tácito e inconsciente no transcorrer da prática que se rotiniza. Cabe ressaltar que, nem todo o conhecimento convocado no decorrer da atividade prática é implícito. É identificada, coletivamente, no desdobrar-se da situação, uma forma de pensamento que a orienta e que se realiza sem que esta seja interrompida – é uma reflexão na própria ação e que recai nos acontecimentos e nas formas de pensamento e ação. O conceito de reflexão na ação considera significativo o saber adquirido tomando como base a experiência; exprime um olhar construtivista da realidade que os práticos experimentam e no qual intervém o seu sistema apreciativo de crenças, percepções e apreciações que, por sua vez, admitem como realidade (SCHÖN , 1992).

Alarcão e Tavares (2003, p.52) acreditam ser necessário existir entre o supervisor e o professor um “processo de informação reflexão-acção-reflexão” em que ambos “enquanto adultos” continuam a aprender sobre o seu desenvolvimento humano o que lhes confere uma maior eficácia na ação educativa.

O supervisor pedagógico deve permitir ao professor realizar a ação reflexiva através de questionamentos que levam a uma reflexão na ação e sobre a ação, esta última numa perspectiva retrospectiva. O diálogo é um meio que deverá ser usado como forma de mediação entre supervisor e professor.

Na concepção da reflexão – na – ação do profissional percebe-se uma concepção construcionista do contexto real com o qual ele trabalha. Essa concepção permite observá-lo construindo situações de sua prática, não somente no exercício do talento artístico profissional, mas também em todas as outras formas de competência profissional (SCHÖN: 2000).

Schön (2000) afirma que:

Quando os profissionais respondem a zonas indeterminadas da prática, sustentando uma conversação reflexiva com os materiais de suas situações, eles refazem parte de seu mundo prático e revelam, assim, os processos normalmente tácitos de construção de uma visão de mundo em que baseiam toda a sua prática. (SCHÖN, 2000, p. 39).

O autor compreende a atividade dos profissionais como um processo reflexivo por meio do qual dão uma nova forma a própria experiência. Utilizando os processos de conversação que mantêm com a situação em conflito que se encontram, a ressignificam, considerando as características que, no decorrer da situação, não contemplaram e/ou conferem um novo conceito a aspectos que, a priori, já tinham solucionado. Dessa maneira considera-se por meio das diversas formas de reflexão, um processo que guia o profissional ao desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficientes e de acordo com os objetivos que anseia alcançar e com o contexto em que se desenvolvem.

A supervisão pedagógica também se caracteriza como uma ação de cooperação e solidariedade, sendo uma função da escola com importância na sua organização por quanto dinamiza e desenvolve dinâmicas individuais e de grupo constituintes de uma interação aberta e contínua. É importante que o papel do supervisor nas escolas esteja adequado a uma ação de reflexão formativa e cooperativa, de ajuda no crescimento e especialização dos saberes do professor, contribuindo no desenvolvimento entre pares. Pretende-se que as escolas tenham a função de supervisionar o trabalho dos professores e que essa função seja de orientação colaborativa e sistêmica (ALARCÃO e ROLDÃO, 2010).

Com a perspectiva de que o supervisor é também professor, sua ação supervisiva não é direcionada somente aos outros, mas também de si próprio. Por isso é necessário criar uma relação afetiva, de reciprocidade, de abertura, de espontaneidade, de autenticidade, de ajuda um entre o outro, ter cordialidade,

empatia, capacidade de cooperação e de solidariedade, sendo esses requisitos fundamentais para se obter o melhor de si e dos seus pares. O supervisor deve funcionar como facilitador de aprendizagens ou como um gestor de aprendizagens em equipe (ALARCÃO, 2003).

A essência da supervisão deve ser direcionada para a promoção de um trabalho cooperativo estimulante para o professor na construção do seu desenvolvimento profissional (ALARCÃO e ROLDÃO, 2010). O trabalho colaborativo proporciona de maneira dinâmica uma mudança na ação da ação supervisão, mas isso só ocorre se o professores utilizarem da melhor forma a visão do supervisor em suas práticas e os professores se assumirem como supervisores de sua própria prática- auto supervisão. Fullan (2005) reforça a ideia dizendo que a frequência da comunicação entre os professores, do apoio mútuo, da ajuda e da interação entre os mesmos é fundamental para o processo de desenvolvimento pessoal e profissional de cada um deles.

O supervisor deve motivar o trabalho de grupo, estabelecer relação de cooperação, proporcionar momentos de partilha e de reflexão conjunta e tomar decisões (HARGREAVES, 2003).

Quando o supervisor pedagógico estimula o professor a refletir, ele leva este profissional a questionar-se sobre a sua prática. Uma supervisão que estimula o questionamento leva a uma maior autonomia do professor, à prática de uma “auto-supervisão” ou de uma supervisão interpares e à construção da identidade profissional num contexto de análise, reflexão e aprendizagem contínua (VIEIRA, 1993; ALARCÃO; ROLDÃO, 2010).

A sociedade do conhecimento em que vivemos implica uma nova abordagem da aprendizagem, do ensino e do trabalho entre pares que exige: investigação, trabalho em equipe e em redes sociais, formação profissional contínua, promover a resolução de problemas, assumir riscos, confiar nos colegas (independentemente de estar mais próximos ou não de si de concordar ou não com o outro) e capacidade de lidar com a mudança e o compromisso para melhoria da organização (HARGREAVES, 2003; FULLAN, 2005).

O supervisor pedagógico é um ser social que deve compreender que a ação pedagógica é influenciada pelo contexto onde está inserido. Que deve, portanto, criar condições para uma prática pedagógica numa cultura reflexiva, onde os professores estão empenhados numa auto renovação de forma cooperativa e que

privilegie simultaneamente tanto o seu desenvolvimento como o dos alunos (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002).

O autor ainda acrescenta que :

A escola enriquece quando é possível que, entre pares, se convoquem saberes diferenciados e, eventualmente, funções e papéis diferenciados; a escola enriquece ainda quando é possível encontrar actores educacionais que possam trazer para o processo colaborativo de construção da qualidade na escola o valor acrescentado de outros saberes e de outras funções, para desafiar o monolitismo das respostas com que os sistemas educativos enfrentaram as situações no quotidiano escolar que a sociedade pós-moderna lhes tem vindo a colocar (Oliveira-Formosinho (2002, p. 12).

Oliveira-Formosinho (2002, p.85) refere-se a “[...]uma reorganização do trabalho docente só pode ser baseado numa cultura colaborativa.” Para que essa cultura aconteça a individualidade não deve existir, abrindo espaço para o conhecimento partilhado.

A reflexão conduz a um outro aspecto que se relaciona à criticidade, pois ao refletir sobre as práticas dos professores e ao fazer os professores refletirem sobre suas ações, é necessário ter habilidade para a crítica que deve sempre ter o intuito de apoiar, auxiliar o professor, exercendo, em simultâneo, a sua função de avaliar. Para Berlak e Berlak (2010) uma busca crítica de novas formas de atuação no processo de ensino e aprendizagem não está completo se não incluir o desenvolvimento de novas competências e conhecimento para alterar os padrões de atuação do professor.

Vieira (1993, p. 32) reforça dizendo que “o apoio do supervisor no questionamento da prática” é essencial para fomentar a qualidade das aprendizagens. Ainda no entender de Alarcão e Roldão (2008, p. 26) deve estimular “o autoconhecimento e a reflexão sobre as práticas, transmitindo conhecimentos úteis para a prática profissional”. Para Gonçalves (2006, p. 31) o supervisor pedagógico deve “apoiar-se em sugestões práticas que aglutinem, também de modo produtivo, a tripla relação investigação-inovação-formação”.

O supervisor pedagógico tem que desenvolver em suas práticas de acompanhamento e realização de tarefas, orientação nas ações práticas, proporcionar condições e estabelecer uma relação de dialogo e cooperatividade para que ele e o professor se mantenham empenhados e incentivados no exercício da docência.

Estabelece-se então uma relação dialógica e mais colaborativa entre pares, onde as competências interpessoais do supervisor serão fundamentais para que possa atenuar tensões ideológicas de caráter pedagógico, impulsos ou conflitos morais, inseguranças e fragilidades perante a análise do trabalho do professor enquanto profissional (ALARCÃO e TAVARES, 2003; COSTA; MATOS, 2007).

Segundo Alarcão e Tavares (2003, p. 43):

[...] o supervisor como uma pessoa, um adulto, em presença de outra pessoa, um outro adulto. Alguém que tem como missão facilitar o desenvolvimento e a aprendizagem do professor, mas que não vai fazê-lo como se este fosse um aluno do ensino básico ou secundário. Atento à riqueza e às inibições provenientes das suas experiências passadas, aos seus sentimentos, às suas percepções e à sua capacidade de auto-reflexão, o supervisor não será aquele que dá receitas de como fazer, mas aquele que cria junto do professor, com o professor e no professor, um espírito de investigação-acção, num ambiente emocional positivo, humano, desencadeador do desenvolvimento das possibilidades do professor pessoa, profissional.

O supervisor pedagógico é um mediador, já que ele faz parte da relação estabelecida com o professor. Ao aferir sobre o trabalho do professor, o próprio supervisor também reflete e torna-se parte do processo de construção de um saber mais reforçado. Estabelece-se um sistema de relações dinâmicas de crescimento e desenvolvimento experiencial para ambos (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002)

A reflexão na prática do supervisor pedagógico se torna um elemento primordial como instrumento para supervisores e professores ao ser usado nas práticas educativas, já que facilita o desenvolvimento e a aprendizagem. Cabe ressaltar que esta reflexão não é só responsabilidade do supervisor pois, para que possa acontecer de maneira cabível e efetiva, é necessário que supervisor e professores reflitam conjuntamente sobre as práticas para que se possam atingir bons resultados de aprendizagem dos alunos e o desenvolvimento profissional dos professores.

CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO

INTRODUÇÃO

Neste capítulo tem-se como objetivo a contextualização metodológica da pesquisa de campo, onde se clarifica passo a passo sobre a caracterização do estudo (3.2) e sua descrição (3.3) a caracterização dos participantes na pesquisa (3.4), se descrevem os instrumentos de recolha de dados (3.5) e como se trataram os dados recolhidos (3.6).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho será uma investigação voltada para Supervisores Pedagógicos, tentando investigar seu perfil profissional, o que os levou a escolher a profissão, se a sua prática está associada a teoria da Supervisão Pedagógica, analisada no capítulo 2.

Esse estudo é de caráter qualitativo, com supervisores e professores como participantes e tem como instrumento de recolha de dados obtidos a entrevista semi estruturada.

De acordo com Minayo (2007) a abordagem qualitativa trabalha valores, motivos, desejos e atitudes que constituem a realidade social, sob a ótica dos atores e das relações. Para Vilelas (2009, p.105) “a investigação qualitativa é uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem.” A partir desse ponto de vista, acredita-se que é possível entender ou definir o perfil do profissional que é pesquisado, atingindo assim o objetivo que foi definido na pesquisa.

Moreira (2002) destaca que o enfoque qualitativo apresenta as seguintes características básicas:

- A interpretação como foco; a subjetividade é enfatizada;
- A flexibilidade na conduta do estudo;
- O interesse é no processo e não no resultado;
- O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência;

- O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação, admitindo-se que o pesquisador também sofre influência da situação de pesquisa.

Corroborando ainda sobre a investigação qualitativa, (Holloway, 1999) e Vilelas (2009, p.105), afirmam que: os investigadores usam as abordagens qualitativas para explorar o comportamento, as perspectivas e as experiências das pessoas que eles estudam. A base da investigação qualitativa reside na abordagem interpretativa da realidade social (Holloway, 1999). Sabe-se que o método qualitativo trabalha com opiniões, valores, hábitos, costumes, por isso não se atenta a mensurar os fenômenos em grandes grupos, ou grandes medidas numéricas, o objetivo é o entendimento aprofundado, ou subjetivo do objeto em estudo, por isso a palavra é essencial dentro desse método, é ela que expressa a fala, os dados gerados foram através das entrevistas onde aconteceu uma relação de proximidade entre pesquisador e o pesquisado.

3.2 DESCRIÇÃO DO ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada em duas escolas públicas da rede municipal, que oferecem ensino infantil ao Fundamental I e II, situadas na cidade de Nina Rodrigues, no estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o município de Nina Rodrigues tem uma extensão territorial de 572.507k², sua população é aproximadamente de 14.489 habitantes. A agricultura é de subsistência, a população em sua grande maioria vive de programas do Governo Federal, como o Programa Bolsa Família e o Auxílio ao Pescador, ou tem um serviço autônomo, algumas famílias têm como principal fonte de renda o benefício que o Instituto Nacional de Serviço Social (INSS).

A educação de Nina Rodrigues tem como finalidade o atendimento à educação básica, com dois Sistemas de Educação, o estadual que atende aos alunos do Ensino Médio e o municipal que atende do Ensino Infantil e o Ensino Fundamental, a rede de ensino municipal atende a zona urbana e rural. O município tem um total de trinta e nove escolas, sendo quatro na sede e trinta e cinco no campo.

Para esta pesquisa foram selecionadas duas escolas, uma da sede e a outra do campo. A escola da sede, oferta do 1º ano do fundamental I até a Educação de

Jovens e Adultos(EJA), é composta por uma diretora e uma vice-diretora, uma secretária administrativa, 12 professores e 4 auxiliares operacionais, e um total de 198 alunos. A escola do campo oferece da educação infantil ao 9º ano, na modalidade multiseriado, é composta por uma diretora, e 6 professoras e 2 auxiliares operacionais. Sobre a equipe de Supervisores Pedagógicos, a Secretária do Município disponibiliza de três profissionais para atuar nessa área que estão distribuídos da seguinte forma:

- 01 supervisor para o Ensino Infantil: responsável pela supervisão do ensino infantil de todo o município, incluindo sede e zona rural do município;
- 01 supervisor do Ensino Fundamental dos anos iniciais: responsável pela supervisão do ensino nos anos iniciais de todo o município;
- 01 supervisor do Ensino Fundamental dos anos finais: responsável pela supervisão do ensino nos anos Finais de todo o município;

Portanto, a pesquisa foi realizada com os três supervisores e com apenas quatro professores, pois o demais professores das duas escolas não se disponibilizaram a participar da entrevista.

Os primeiros encontros para as entrevistas foram realizados no mês de Novembro de 2016, no turno matutino e vespertino.

A preparação e realização da entrevista tiveram em conta os seguintes procedimentos metodológicos:

- Os quatro professores e as três supervisoras pedagógicas foram contactados individualmente e pessoalmente, tendo mostrado disponibilidade e interesse em participar no estudo. As supervisoras pedagógicas assinaram um termo de consentimento esclarecido (apêndice A).Foram-lhes explicados os objetivos da entrevista e o destino dos dados recolhidos;
- As entrevistas com os quatro professores e as três supervisoras pedagógicas participantes foram realizadas pela investigadora pessoalmente e individualmente, sendo garantindo o anonimato da sua identificação e a confidencialidade das respostas;

Ressaltar-se que, através de um Termo de Autorização Institucional (Anexo B), a pesquisa foi aprovada pela Secretaria de Educação do Município, em nome de

sua aplicação com os supervisores pedagógicos, foi entregue uma cópiado projeto de pesquisa ao secretario de educação do município, para melhor entendimento sobre os objetivos da pesquisa.

A realização da transcrição das entrevistas na integra possibilitou-nos uma análise e comparação dos documentos em maior profundidade, nomeadamente no que diz respeito à categorização de dados e à sua interpretação.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Na tabela 1 estão registrados os dados que permitem caracterizar os participantes do estudo, no que se refere a dados que nos permitiram identificar suas : idades,sexo, tempo de serviço docente,categorial profissional, habilitação acadêmica, experiência docente , experiente enquanto supervisor pedagógico.

Os nomes dos participantes do estudo, Supervisores Pedagógicos e Professores, são fictícios, de forma a cumprir com as normas éticas, no que respeita assegurar à confidencialidade das entrevistadas.

TABELA 1: Caracterização dos supervisores pedagógicos participantes da pesquisa

Nome	Idade	Sexo	Tempo de serviço docente	Habilitação acadêmica	Experiência docente	Experiência enquanto supervisor pedagógico
Claúdia	39	F	16	Magistério	16	3
Marta	36	F	18	Geografia	18	3
Suzana	38	F	15	Pedagogia	15	3

Fonte: Autora, 2017.

Pela análise da tabela 1 constatamos que todas as supervisoras tem entre 15 e 18 anos de serviço, as mesmas estão trabalhando como supervisoras pedagógicas há três anos no município de Nina Rodrigues. São profissionais indicados para o cargo pelo prefeito ou secretária de educação.

Na tabela 2, estão registrados os dados dos professores participantes e que nos permitiram caraterizá-los quanto ao sexo, idade, tempo de serviço docente,categorial profissional e habilitação acadêmica.

TABELA 2: Caracterização dos professores participantes da pesquisa .

Nome	Sexo	Idade	Tempo de serviço	Habilitação acadêmica
João	Masculino	43	19 anos	Matemática
Maria	Feminino	28	6 anos	Magistério
José	Masculino	32	10 anos	Pedagogia
Antônia	Feminino	50	10 anos	Pedagogia

Fonte: Autora, 2017

Segundo os dados coletados é possível verificar que três dos quatro professores tem bastante tempo de docência. Um dos professores tem menor experiência como docente (6 anos). Um ponto positivo é que a maioria tem uma formação acadêmica, são graduados, isso implica que buscaram uma formação acadêmica para estar em sala de aula. Tendo em vista a importância deste aspecto, destaca-se o que o artigo 61 da LDB nº 9394/96, que enfatiza o assunto analisado aqui:

Art.6 a formação de profissionais da educação , de modo a atender aos objetivos de diferentes níveis de modalidade e as características de cada fase do desenvolvimento do educando terá como fundamentos :

I- A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço.

Atualmente no Brasil há alguns municípios que não aceitam mais professores somente com o nível médio para trabalhar nas instituições educacionais, porém no município de Nina Rodrigues ainda é aceitável. Como se verifica (tabela 2) que uma entrevistada possui o Magistério, um curso a nível médio que habilita a ministrar aulas. Cabe esclarecer que a gestão municipal faz uma grande campanha de incentivo aos professores para se graduarem, pois mantém junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as Instituições de Ensino Superior Público do Estado do Maranhão um convênio que mantém 09 cursos voltados para a área formação educacional em funcionamento através do Polo de Universidade Aberta do Brasil, que disponibiliza graduações, pós-graduações.

3.4 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Para Bisquera (1989, p. 55) o “instrumento de medida” ou “técnicas de recolha de dados”, são meios técnicos que se utilizam para registrar as observações ou facilitar o tratamento experimental.

Neste estudo foram usadas entrevistas como instrumentos de recolha de dados aplicadas aos participantes na pesquisa. Segundo Sousa (2005, p. 247), “a entrevista é um instrumento de investigação cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações questionando diretamente cada sujeito.”

A escolha de instrumentos para a recolha de dados é de grande importância, pois através deles serão recolhidas as informações necessárias para que se atinjam os objetivos delineados para a pesquisa. No presente estudo foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas, onde são colocadas questões para os entrevistados expressarem suas opiniões e sentimentos. A entrevista dá abertura para uma conversa entre entrevistador e entrevistado e foi semi-estruturada para garantir que, na medida do possível, todos os informantes respondessem às mesmas perguntas, mas para permitir fazer alguma outra questão, se se considerasse necessário direcionar o entrevistado para o que se pretende com as diferentes questões que constituem o guião (BOGDAN; BILKEN, 1994).

O objetivo da entrevista é recolher informações o que supõe que o entrevistador encoraje o entrevistado a expressar-se acerca daquilo que sente (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2003).

As entrevistas possibilitam acesso a informação, onde os entrevistados relatam suas opiniões. Por isso a escolha deste instrumento para este estudo, com aplicação das entrevistas, os entrevistados tiveram a oportunidade e espaço para se expressar, respondendo às questões para que ocorra a recolha de dados e a posterior análise dos mesmos.

Quanto às entrevistas, os autores Ketele e Roegiers (1993, p.22) descrevem-nas como:

[...]um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações.

Segundo Denzin e Lincoln (2005), os investigadores qualitativos têm vindo a aperceber-se cada vez mais de que as entrevistas não são meios de recolha de dados neutros, mas antes interações ativas entre duas (ou mais) pessoas conduzindo a resultados, de certa forma, contextualmente negociados. Triviños (1995) ressalta que o pesquisador qualitativo deve considerar que a sua procura por dados deve envolver uma participação pessoal, própria de quem quer obter as informações desejadas como o caminho mais adequado para a consecução do seu objetivo.

A opção em realizar entrevistas individuais, foi com a intenção de que as entrevistas realizadas contribuíssem na compreensão individual de cada participante sobre a temática tratada nesse estudo.

Em relação a função do entrevistador, Bogdan e Biklen (1994, p.138) são claros ao dizerem que “o seu papel, enquanto investigador, não consiste em modificar pontos de vista, mas antes em compreender os pontos de vista dos sujeitos e as razões que os levam a assumi-los”

Segundo Afonso (2005, p.97), a entrevista consiste “numa interação verbal entre o entrevistado e o respondente, em situação de face a face ou por intermédio do telefone”. Bogdan e Biklen (1994, p.134) referem que “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.

As entrevistas são adequadas a coletas de opiniões e também com o objetivo de recolher dados, foram feitos dois Guiões, que estão organizados da seguinte maneira:

- Guião de entrevistas aos Supervisoras Pedagógicas (apêndice C) dividido em três blocos: A, B e C. Do Bloco A consta a Legitimação da entrevista, com os dados de caracterização do entrevistado. Do Bloco B fazem parte questões sobre o conceito de supervisão e as relações estabelecidas pelo supervisor pedagógico coma equipe diretiva (7 questões). O Bloco C é relacionado à influência do Supervisor Pedagógico no desenvolvimento de competências profissionais e na prática dos professores e as características pessoais e profissionais do supervisor pedagógico (3 perguntas).
- Guião de entrevista aos professores (apêndice D): Dividido em três blocos: A, B e C. Do bloco A consta a legitimação a pesquisa. No bloco B estão

presentes perguntas relativas à opinião dos professores sobre o trabalho do Supervisor Pedagógico (7 questões) e no Bloco C perguntas sobre a influência do Supervisor Pedagógico no desenvolvimento de competências profissionais e na prática dos professores e as características pessoais e competências dos supervisores (5 perguntas).

Construídos os dois guiões foram validados por dois especialistas em Ciências da Educação.

3.5 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados dessa pesquisa, foi realizado o método de análise de conteúdo (Bardin, 1977). É um método que utiliza textos, falas, informações já coletados e é o que consideramos adequado a esta pesquisa, pois neste estudo será feito a análise das respostas dadas às questões presentes nos Guiões. Portanto, as respostas às questões das entrevistas às supervisoras pedagógicas e aos professores foram tratadas a partir desse recurso metodológico.

Bardin (1977, p. 42), diz que a análise de conteúdo se define da seguinte maneira:

Um conjunto de técnicas de interpretação da comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Para Bardin (1977, p. 31), análise de conteúdo é não só um instrumento, mas um “leque de apetrechos; ou, com maior rigor, um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Segundo essa visão a pesquisa se identificou com esse método para a sua legitimação.

O método da análise de conteúdo, segundo Bardin (1977) consiste em tratar a informação a partir de um roteiro específico, iniciando com (a) pré-análise, na qual se escolhe os documentos, se formula hipóteses e objetivos para a pesquisa, (b) na exploração do material, na qual se aplicam as técnicas específicas segundo os objetivos e (c) no tratamento dos resultados e interpretações. Para esta pesquisa, foram necessárias diversas leituras teóricas para a análise do conteúdo das entrevistas, como preparação da temática abordada, para o tratamento de dados e a interpretação dos resultados obtidos.

Para análise das respostas dadas às entrevistas pelos participantes deste estudo, utilizamos o método de categorias que foram estabelecidas depois da leitura das respostas dos entrevistados, supervisores e professores. Assim afirma Bardin (1977, p. 95), as categorias são “uma espécie de gavetas ou rubricas significativas, que permitem a classificação dos elementos de significação constitutiva, da mensagem”.

Bardin (1977, p.117) clarifica em detalhes como se realiza o processo de categorização:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas), por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade, ficam agrupados na categoria «ansiedade», enquanto que os que significam a descontração, ficam agrupados sob o título conceptual «descontração», sintático (os verbos, os adjectivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinónimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

Ao ocorrer o processo de transcrição de respostas das entrevistas dos supervisores e dos professores, suas respostas foram classificadas em categorias. Para transcrever as respostas, foi necessário uma leitura minuciosa, para depois registrá-las. A transcrição foi realizada de maneira íntegra ao que foi perguntado e respondido, até por questões éticas e respeitosas ao valor desse estudo, com já referido, a identificação dos entrevistados ocorreu de forma fictícia, para a preservação da sua identidade. Por isso foram criados nomes fictícios, como já referido, para as supervisoras pedagógicas e professores participantes no estudo.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4 INTRODUÇÃO

Este capítulo se destina à apresentação e análise dos dados obtidos nesta pesquisa, com a apresentação e análise dos resultados das entrevistas às supervisoras pedagógicas (4.2) e a apresentação e análise dos resultados dos professores (4.3).

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS ÀS SUPERVISORAS PEDAGÓGICAS

O Guião de entrevista voltado para os supervisores seguiu, como já referido, uma estrutura em três blocos A, B e C, determinados por objetivos gerais, específicos e um conjunto de questões. A análise dos dados obtidos será orientada pelas diferentes questões presentes nos Blocos B e C do Guião das entrevistas.

1) O que entende por Supervisão Pedagógica?

Averiguamos que as supervisoras possuem diferentes conceitos de supervisão. A entrevistada Cláudia se atem ao conceito de supervisão baseado nas primeiras definições de supervisão que surgiram em nosso país, estudados no capítulo dois dessa pesquisa que é a supervisão como inspeção. Já nas respostas das entrevistadas Suzana e Marta observamos uma visão mais ampla e atual do conceito de supervisão, referindo-se a uma ação de orientação e reflexão.

Claudia: É ação de fiscalização da prática docente em sala de aula.

Marta: Supervisão pedagógica é ser responsável pela avaliação do desempenho do aluno sempre voltado-se a uma formação mais reflexiva e interativa.

Suzana: Orientar, o trabalho docente na sala de aula, ajudando a professora na sua prática docente.

O conceito dado como resposta por Marta e Suzana tem alguma relação com o afirmado nas palavras de (Stones, 1984):

Deste modo, a supervisão pode ser entendida como uma visão aprofundada, reflexiva e com sentido autocrítico do contexto circundante mas também voltada para o interior com vista a compreender o significado da realidade; uma visão com capacidade de previsão; uma retrovisão; e uma segunda visão para promover o que se pretende que seja instituído, para evitar o que não se deseja e para reconhecer o que aconteceu e não deveria ter acontecido (Stones, 1984)

Prosseguiremos com a análise das respostas das supervisoras à segunda pergunta do bloco B, sobre a função do supervisor.

2) E qual a função do Supervisor Pedagógico?

Percebemos que a supervisora Cláudia considera que o supervisor tem a função de fiscalizar, que todo o seu trabalho é de cunho burocrático, que comanda as atividades de planejamento e pedagógicas.

A visão da entrevistada Claudia é fundamentada ainda segundo conceito de Foulquié (1971, p. 452) que diz que a supervisão tem como função a “ação de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento”. Mesmo depois de muitas mudanças ocorridas na supervisão pedagógica, algumas pessoas ainda mantêm a visão que o supervisor tem apenas de “vigiar” o trabalho do professor, de olhar o plano de aula e o plano de curso. Ou seja, uma visão muito desajustada, diante das mudanças que a área da supervisão passou, e como foi apresentado no Capítulo 2 deste trabalho.

Claudia: A sua função é de cunho burocrático, análise de plano de curso/aula, acompanhamento pedagógico, participação direta nas ações pedagógicas da escola.

Marta e Suzana entendem a função do Supervisor Pedagógico mais de acordo com o conceito mais atual, como aquele profissional que acompanha, orienta, sendo participativo no processo de ensino e de aprendizagem, conforme os conceitos de Alarcão (2000) e Ferreira (2010).

Marta: A função do supervisor é voltada na ação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, seu papel é de grande importância, junto ao corpo docente e discente, pois além de solucionador de problemas, desenvolve trabalhos positivos.

Suzana: supervisionar o trabalho docente do professor em sala de aula, orientando nas suas dificuldades.

Para Oliveira-Formosinho (2002) a supervisão pedagógica detém três funções principais: o melhoramento da prática, o desenvolvimento do potencial individual para a aprendizagem e a promoção da capacidade de auto-renovação da organização. A concepção das supervisoras Marta e Suzana, vão, no nosso entendimento, na mesma linha do exposto por este autor.

Na terceira pergunta desse bloco as supervisoras foram indagadas sobre como elas desenvolvem suas funções e foi pedida a exemplificação dessas funções.

3) Como você desenvolve sua função? Cite exemplos

Nestas afirmativas as entrevistadas deixam claro que não há o acompanhamento sistemático e contínuo ao professor por parte do Supervisor Pedagógico pois falam que só vão a escola uma vez ou outra além de ficar subtendido que ficam a maior parte do tempo na secretária de educação. Sendo assim o supervisor está pouco presente no espaço escolar, quando vai é para apenas observar, não exercendo assim o seu papel de acompanhar, mediar, contribuir nas ações pedagógicas. As respostas nos remetem a um dos assuntos referidos nesta pesquisa, quando falamos do histórico da supervisão pedagógica no Brasil, onde a figura do supervisor é vista como um técnico administrativo. Na década de 20, com o surgimento dos “técnicos” em escolarização, onde cabia ao supervisor ficar com a “parte técnica”; onde o supervisor apenas inspecionava os trabalhos dos professores e apontava erros, ou cuidava da parte relacionada com a documentação e não acompanhava os trabalhos dos professores. Não contribuía para o melhoramento da prática pedagógica nem para o desenvolvimento do trabalho docente.

Claudia: Ficamos aqui na secretaria, e às vezes vamos nas escolas, observar os trabalhos dos professores em sala de aula.

Marta :Ficamos disponíveis na secretária, de vez em quando vamos visitar as escolas.

Suzana: Nós supervisoras ficamos aqui na secretária, prestando serviços aqui mesmo, se alguma escola tiver um problema, o gestor comunica para o secretário de educação.

Libâneo (2005, p 53) afirma que “as funções da supervisão pedagógica podem ser sintetizadas da seguinte forma: planejar, coordenar, gerir e acompanhar todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula, visando atingir níveis satisfatórios na aprendizagem dos alunos”

Analisando as falas das Supervisoras, verificamos que assumem um papel que está em desacordo com o papel do Supervisor Pedagógico defendido pelo autor. A função do Supervisor Pedagógico é de articular os saberes do professor em relação as propostas pedagógicas escolares, desenvolver suas competências, contribuindo para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

Este profissional deve saber e assumir-se como um agente pedagógico que, segundo Alves e Alves (2012, p. 198-197), deve “construir, criar, reinventar, contradizer, contraditar, experimentar o novo saber; lançar-se ao desconhecido, ao duvidoso, ao incerto e tentar, permanentemente, se reeducar e melhor contribuir com processo educativo”. Segundo o projeto de Lei nº 4.412, que define as atribuições do Supervisor pedagógico, este tem por funções:

- I – coordenar o processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos Planos de Estudo e dos Regimentos Escolares;
- II – investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da Educação e integrantes da Comunidade; (...)
- VI – promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação; (...)
- IX – planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional; (...)
- X – propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço (...)

Pelo que consta nas atribuições do supervisor pedagógico, as respostas que as entrevistadas deram, permitem verificar que suas ações se afastam do mencionado no projeto de lei citado acima. As mesmas não realizam acompanhamento com os professores, não promovem atividades de estudo, pesquisa e planejamento.

A quarta pergunta analisada era referente as reuniões pedagógicas do Supervisor Pedagógico na escola.

4) Como caracteriza as reuniões pedagógicas?

As supervisoras relataram que não fazem reuniões pedagógicas, o que nos leva a analisar que não há um preparo para o exercício da função, o que é primordial para a ajuda e orientação aos professores. A função das supervisoras entrevistadas, de acordo com suas respostas, se aproxima à de um técnico administrativo, como observamos quando referem que ficam à disposição da secretária de Educação.

Claudia : não temos reuniões pedagógicas.

Marta : não realizamos esse tipo de reuniões:

Suzana: não fazemos reuniões pedagógicas. Ficamos aqui na secretária, caso algum professor precise de algo ajudamos.

Diante do cenário de mudanças significativas na educação brasileira, quem trabalha no meio educacional sabe o quanto a escola é cobrada por ações e resultados. Conforme Libâneo (2003) a escola sente a necessidade de se moldar às dinâmicas sociais vigentes com uma postura mais crítica e, assim, torna-se pertinente o repensar sobre vários dos seus aspectos, que vão desde a sua função social ao papel dos seus profissionais.

A quinta pergunta analisada aborda as constatações do trabalho dos professores:

5) As observações e as constatações do trabalho do professor em sala de aula são trazidas por si para a secretária ou para a escola? Como são discutidas e desenvolvidas?

As respostas das entrevistadas foram no mesmo sentido. Quando há algum problema na escola entre gestor, professores e alunos, a atuação do supervisor ocorre mediada pelo secretário de educação. O supervisor não vai até o espaço escolar, o que torna impossível prestar a ajuda necessária aos professores e desempenhar o papel de orientação ao seu trabalho, que deve ser o papel do Supervisor Pedagógico. Mais uma vez nos remetemos para a questão do acompanhamento que o Supervisor Pedagógico deveria ter, pois ele deve ser um mediador para os professores, um elo entre eles e a secretária. O supervisor deverá

atuar no ambiente escolar, como mediador e facilitador no processo de ensino e de aprendizagem, cabendo-lhe estar ao lado dos professores para que possa dar suporte a suas ações pedagógicas.

Claudia: Não acontecem essas constatações, pois não frequentamos com regularidade as escolas;

Marta: como não fazemos visitas diárias, quase não observamos, mas quando surge um problema na escola, o diretor vem até a secretária;

Suzana : qualquer problemas é trazido para a secretária .

Diante das respostas dadas, considerando que Libâneo (2004) atribui e define como ação do supervisor o ato de coordenar /supervisionar, este é um aspecto da direção escolar que promove articulações e convergências do esforço de cada integrante da equipe com o objetivo de atingi-los, pois quem coordena teve ter a responsabilidade de integrar, congregar esforços e liderar, envolvendo o trabalho de diversas pessoas.

Em relação às atribuições do Supervisor Pedagógico (LIBÂNEO, 2004, p.219) elenca algumas delas para o profissional responsável por esta área: “responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino”.

Observamos que é necessário a ação prática do supervisor em perceber as constatações, saber como fazê-las, com quem, como e onde, até mesmo para que o professor que é supervisionado também se sinta com empoderado. Essa habilidade de empoderar é vista por Freire (1992) como uma ação que deve ser vivida por todos aqueles que conseguem por si mesmos promover mudanças e atitudes que possibilitem a evolução e o próprio fortalecimento.

A sexta questão aborda a percepção da relação do Supervisor Pedagógico com membros da equipe diretiva:

6) Como você percebe a relação do Supervisor Pedagógico com os demais membros da equipe diretiva?

As respostas das Supervisoras Pedagógicas transparecem uma relação de boa convivência, pois relatam que há diálogo, o que demonstra abertura para a troca de experiências e saberes.

Claúdia : Uma relação boa, não há discórdias entre gestor e supervisores.

Marta : Muito boa.

Suzana: Uma relação agradável há diálogos com os gestores.

Referindo-se ao diálogo na educação Marques (1996, p. 14) diz que :

A educação se cumpre num diálogo de saberes, não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação.

Cabe então ao Supervisor estabelecer uma relação dinâmica e aberta com sua equipe para que todas estas possibilidades envolvidas em suas atribuições sejam uma ação recíproca e, assim, contribuam para as ações pedagógicas da escola.

Almeida (2003, p. 70), na sua afirmativa diz que:

Acredita que uma significativa “parte dos saberes dos professores é construída na relação com o outro” e, cabe ao coordenador desenvolver “uma relação calorosa, autêntica, relação que lhes permita desenvolver-se como pessoas que vão se relacionar com outras.

De seguida serão analisadas as respostas do bloco C que contém três questões. A primeira pergunta desse bloco é sobre a importância do acompanhamento do supervisor ao trabalho dos professores.

1) Você considera importante o Supervisor Pedagógico acompanhar o trabalho dos professores? Por quê?

É notório que quando indagadas sobre a importância do acompanhamento no trabalho, todas as supervisoras dizem que sim, que é importante pois o professor não sabe de tudo, sente dificuldades em sala de aula, quer compartilhar experiências, inovar e ele busca ajuda no supervisor. Ou seja, vê no supervisor esse auxílio, vendo-o como um parceiro com outras habilidades educativas que ajudarão o professor a refletir sobre sua prática na sala de aula.

Claudia : Sim, é muito importante, ele é um auxílio para os professores.

Marta: Sim, pois ele soma muito com o trabalho do professor.

Suzana :Sim, o supervisor é um parceiro para o professor, que ajuda nas reflexões e práticas.

ALARCÃO (1996) nos diz que o supervisor é o facilitador de reflexão, consciencializando o formando da sua atuação, ajudando-o a identificar problemas e a planificar estratégias de resolução dos mesmo, numa base de colegialidade que enquadra o formando como pessoa capaz de tomar a seu cargo a responsabilidade pelas decisões que afetam sua pratica profissional.

Alarcão e Roldão (2010, p. 28) ressaltam ainda que “a natureza questionadora, analítica, interpretativa, teorizadora e reflexiva do trabalho supervisivo, assente num acompanhamento e discussão permanente do processo e da acção e dos seus resultados” aparenta ser o caminho correto na ajuda e formação do conhecimento profissional do professor.

Sobre a importância da reflexão, Schön (1997) revela que a reflexão é uma resposta à ação e define que esta pode ser desenvolvida ao refletir sobre a ação, rememorando e analisando as atitudes para compreender como a ação contribuiu ou não para se chegar a determinados resultados.

Em relação à pergunta :

2) O seu trabalho como supervisor pedagógico está contribuindo para o desenvolvimento profissional dos professores que você acompanha? Em que sentido contribui para a escola ? Como você percebe? Se a resposta for não explique o motivo.

Observamos que todas as entrevistadas estão cientes de que não contribuem como devem para o acompanhamento aos professores. Alegam não ter transporte para levá-las até as escolas no campo, mas também reconhecem que não acompanham as escolas na cidade como deviam acompanhar. Uma das entrevistadas deixa claro que vai uma ou duas vezes, ao ano às escolas e quando vai é apenas para olhar os diários dos professores. Pelo que refere, parece possível constatar que a ida ao espaço escolar se resume apenas em uma mera visita sem um plano ou com ideias com vista à resolução dos problemas que possa haver.

Claudia : Não como devia, pois a secretaria não disponibiliza transporte para a nossa locomoção . Na sede geralmente vamos no início do ano, ou no final, para olhar os diários.

Marta : Nem tanto, pois não temos transporte para acompanhar as escolas do campo e da sede vamos uma vez ao mês.

Suzana: acompanhamos mais nas escolas aqui da sede, com vistas um, ou duas vezes ao ano e deixamos a desejar nas escolas no campo, pelo fato de não termos transporte pra ir até lá.

O supervisor é um profissional que deve contribuir para a melhoria do trabalho do professor, orientando-o com a sua visão mais fundamentada e abrangente do contexto escolar. Vasconcelos (2004, p 86), faz uma análise sobre as contribuições do Supervisor para o desenvolvimento profissional dos professores.

O supervisor torna-se um agente educacional que contribui para integrar e desintegrar, organizar e desorganizar o pensamento do professor num movimento de participação continuada no qual os saberes e os conhecimentos se confrontam, se defrontam, fazem sínteses. As sínteses colhidas nos confrontos são referências que sustentam o professor de sala de aula.

O papel do supervisor pedagógico ampliou-se. Os supervisores atualmente têm uma responsabilidade grande de contribuir para o desenvolvimento profissional dos professores. Nesse sentido, o supervisor passa a ser alguém a quem compete ajudar o professor a desenvolver-se e a aprender como adulto e profissional que é. A sua ação perspectiva-se em dois níveis distintos, embora relacionados entre si: exerce uma influência direta sobre o desenvolvimento e a aprendizagem do professor e uma influência indireta sobre o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que ele ensina (ALARCÃO; TAVARES, 2003).

Analisando as respostas à última pergunta do bloco C, que se referia ao perfil, como supervisoras, de cada uma das entrevistadas.

3) Na sua opinião qual o seu perfil como Supervisor Pedagógico ?

Notamos que em nenhuma das supervisoras aponta características do supervisor pedagógico como alguém que deve ser mediador, que acompanha e está presente junto ao professor. A entrevistada, Marta ainda refere o diálogo, como fundamental para o exercício da função, mas ao final de sua resposta deixa

claro que fica cumprindo seu horário na secretaria, ou seja não vai até a escola, aonde o professor está, para o acompanhar. A entrevistada Claudia fala da disponibilidade em tirar dúvidas, mas somente quando pedem ajuda, não faz acompanhamento contínuo ao professor e às atividades pedagógicas na escola.

Quando as características que as supervisoras valorizam não se encaixam no perfil do que deve ser um supervisor, obviamente que o exercício da função ficará comprometido, pois o perfil do supervisor conta muito em seu trabalho, para que este tenha a qualidade pretendida. Para que o professor veja no supervisor a figura de um líder, de alguém que o ajude no dia-a-dia da sala de aula.

Claúdia : Sou uma supervisora que tira as dúvidas, sempre que me pedem ajuda.

Marta : Uma supervisora aberta ao diálogo, estou sempre aqui na secretária cumprindo meus horários e fazendo o que me pedem.

Suzana: Uma supervisora que gostaria de ajudar, mas não tem como pois não tenho incentivo pra isso, mas sempre me disponibilizo a contribuir aqui na secretária de educação, ajudando a preencher documentos.

Rangel (2004) reflete sobre o perfil de liderança do supervisor dizendo que este se reconhece pela competência, pela identificação com os interesses dos professores que orienta e pela dinamização de encontros para a discussão e atualização teórica das práticas.

Considerando as respostas das nossas entrevistadas, tudo o que é referido pelo autor sobre o perfil do supervisor pedagógico está impedido de se concretizar dada a ausência de encontros entre elas e os professores que supervisionam, dado que não vão ou raramente vão até as escolas e quando o fazem é apenas no início e no fim do ano, não havendo possibilidade de um acompanhamento do trabalho do professor. Mais, esse trabalho nunca se tornará eficaz na ajuda ao desenvolvimento profissional dos professores, dado que em nenhuma das respostas foi detectada qualquer ação de articulação entre supervisor e professores, no sentido de ser um trabalho coletivo, para que os resultados obtidos no ensino na aprendizagem em sala de aula seja de maior sucesso.

Sobre o sucesso no trabalho do Supervisor Pedagógico, Ferreira (2006, p. 179) aborda algumas condições que são imprescindíveis:

[...] manter um clima de abertura, cordialidade, encorajamento; fortalecer o sentimento grupal:trabalhar com professores, partilhando ideias, estimulando e fortalecendo as lideranças; propiciar o trabalho em equipe; promover a troca de experiências, a reflexão sobre a prática, sugerido, trazendo contribuições, mostrando caminhos e alternativas; estimular o desenvolvimento de experiências e seu compartilhamento com o grupo; subsidiar os docentes com informações e conhecimentos atuais sobre temas complexos, de forma direta ou indireta, orientando leituras, dando referencias; atuar junto à administração da escola e ou/ sistema no sentido de viabilizar encontros para debates, estudos, intercâmbios, agilizando meios e condições para tanto.

Pelo que consta nas respostas dadas, o perfil das supervisoras, no que respeita ao acompanhamento aos professores não se aproxima do que os autores defendem. Mesmo sabendo que não se defende um perfil único, este deveria adequar-se ao perfil facilitador de uma prática efetiva da função do supervisor como orientador da ação dos professores, o que implica abandonar o papel que praticamente se resume a pernamecer na secretária de educação, fazendo serviços hora ou outra da área técnica e deixando de fazer o que realmente lhes compete: o acompanhamento e orientação reflexiva aos professores em formação.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS APLICADAS AOS PROFESSORES.

O Guião da entrevista voltado para os professores tem uma estrutura em blocos: A, B e C, cada um deles com objetivos gerais, específicos e as respectivas questões. A análise dos dados obtidos com a realização das entrevistas orientadas por este guião, será apresentada pelas diferentes questões presentes nos blocos B e C do guião

A primeira pergunta do bloco B estava relacionada ao conceito de supervisão.

1) Na sua opinião o que é a Supervisão Pedagógica?

Todos os entrevistados ao serem perguntados sobre suas opiniões sobre o conceito de supervisão relatam e deixam evidente aspetos como:parceria, acompanhamento ,ajuda na prática pedagógica. A resposta de uma das entrevistada (Antônia) remete para um conceito algo abrangente que envolve serviços de diferentes âmbitos.

João: para mim, apoio e parceria nas complexidades pedagógicas;

Maria: é o acompanhamento escolar, entre supervisor e professor;

Jose: supervisionar os professores e ajudar com sua práticas pedagógicas ;

Antonia : é educativo , a supervisão educacional traz, em si, uma conotação abrangente, que envolve os serviços das instâncias intermediárias e centrais do sistema e da política da educação.

Vieira (1993) define supervisão, no contexto de formação de professores, como uma atuação de monitoração sistemática da prática pedagógica, sobretudo, através de procedimentos de reflexão e experimentação. Quando o supervisor atua ele cumpre seu papel, de contribuir com sugestões e acompanhar a prática pedagógica o que leva à importância de se considerar uma dimensão de reflexão na ação e sobre a ação desenvolvida pelos professores em formação.

Alarcão e Tavares (1987, p. 80) referem que supervisão pedagógica : “ é uma ação multifacetada, faceada e cíclica.” Não se define com um conceito só, ou avaliando apenas uma determina prática, segue suas normas, mas é algo contínuo que se reveste e exige inovação na realidade que se contextualiza.

Sendo assim a supervisão pedagógica não está ligada a apenas um conceito, a diversas facetas que o conceito traz, proporciona a inovação contínua na prática, o que implica uma adequação do conceito de acordo com as ações do profissional e sua realidade.

A próxima questão a ser analisada é sobre a função do supervisor:

2) Qual a função do supervisor pedagógico?

Observamos que as respostas sobre a função do Supervisor Pedagógico se assemelham muito com as respostas sobre o conceito de supervisão. Neste são enfatizadas as mesmas características dadas na resposta à primeira questão: orientação, inovação, acompanhamento e reflexão sobre a prática pedagógica.

João : orientar os professores, buscar novos métodos , manter este grupo envolvido com o processo de ensino aprendizagem;

Maria : é acompanhar o meio, vindo pelo menos 2 ou 3 vezes, por semana, fazendo o levantamento do comportamento e da aprendizagem do aluno;

José: fazer o acompanhamento pedagógico e apresentar projetos de acordo com as necessidades escolares;

Antonia : propiciar a reflexão teórica sobre a prática e as trocas de experiências a observação e análise de problemas e soluções comuns, acompanhamento , leitura, debate de estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica.

Sobre a função da Supervisão Pedagógica Oliveira-Formosinho (2002), nos diz que:

ela detém três funções principais – o melhoramento da prática, o desenvolvimento do potencial individual para a aprendizagem e a promoção da capacidade de auto-renovação da organização.

Quando os entrevistados respondem sobre a função da supervisão suas respostas, em termos globais, correspondem com o que o autor acima citado refere. Que a função requer melhoramento da prática e isso implica qualidade, inovação e acompanhamento, para se obter um bom resultado no ensino e na aprendizagem.

Na terceira questão deste bloco pretende saber-se sobre a forma como o supervisor pedagógico desenvolve sua função.

3) Como o seu supervisor pedagógico desenvolve a sua função?

Ressaltamos que nas respostas dadas, há três situações distintas, dois dos entrevistados (João e Maria) falam que o supervisor pedagógico orienta e acompanha o trabalho escolar. Já outro entrevistado (José) diz que não tem contato com seu supervisor e outro entrevistado (Antónia) afirma que o seu supervisor apenas critica o trabalho do professor. Vamos nos remeter aqui ao fato do professor não ter o acompanhamento do supervisor, porque isso se torna preocupante. Os professores necessitam de ser acompanhados, em seu trabalho, se não ocorre o acompanhamento pedagógico, o seu desenvolvimento profissional tem grande possibilidade de ficar comprometido.

João : Quando se faz presente, orienta com possibilidades de superar obstáculos de como tornar pais e alunos mais frequentes no ambiente escolar;

Maria: acompanha o desenvolvimento escolar, observando desde o comportamento à aprendizagem dos nossos alunos , os diários escolares e a nossa forma de nos relacionarmos com os alunos no dia-a-dia;

José : não temos contato com os mesmo até o momento .

Antónia: Chega na sala de aula só para criticar o trabalho do professor , quando tem supervisor .

Para Alarcão (2001: 19) a principal função da supervisão é:

... fomentar ou apoiar contextos de formação que traduzindo-se numa melhoria de escola, se repercutem num desenvolvimento profissional dos agentes educativos (professores, auxiliares e funcionários) e na aprendizagem dos alunos que nela encontram um lugar, um tempo e um contexto de aprendizagem.

Se não tem acompanhamento, ou o supervisor pedagógico vai apenas para criticar o trabalho do professor como respondeu uma das entrevistadas, o desenvolvimento profissional dos professores ficará dificultado e o professor se sentirá sozinho nesse processo, o que não condiz com o objetivo da supervisão pedagógica segundo Garcia (1999, p. 153): o objetivo da supervisão pedagógica é o desenvolvimento, “nos professores, (de) competências meta cognitivas que lhes permitam, conhecer, analisar, avaliar e questionar a sua própria prática docente, assim como os substratos éticos e de valor a ela subjacentes”. O desenvolvimento destas competências implica um trabalho de acompanhamento sistemática da prática dos professores em formação e o envolvimento destes em atividades de reflexão sobre a mesma.

Passamos para a quarta questão que é direcionada para a relação com o Supervisor Pedagógico no espaço escolar.

4) Como caracteriza a sua relação com o supervisor pedagógico no espaço escolar?

Percebemos que as respostas se assemelham as da terceira questão analisada anteriormente, onde se questionava a maneira como o supervisor pedagógico desenvolvia sua função. Os entrevistados João e Maria relatam que é uma boa relação, já os outros dois professores, José e Antônia, não tem essa relação com o supervisor. Um entrevistado afirma que nem contato com o supervisor tem, se não há contato não há relação, logo não tem trabalho com o supervisor.

Na ação de supervisão da prática pedagógica, os professores são elementos primordiais, responsáveis pelo meio em que estão envolvidos. Não tem como apenas o professor ou apenas o supervisor pedagógico cumprir com seu papel; os dois juntos, professor e supervisor pedagógico, devem fazer sua parte, sendo necessária a ação conjunta dos dois, para que o desenvolvimento profissional do professor seja facilitado e possibilitado, já que supervisor deve ser um profissional com mais experiência e conhecimento pedagógico. Os professores não devem ser vistos apenas como servidores mas também como sujeitos criadores de saber acerca da aprendizagem e do ensino e o supervisor deve ser visto como um profissional que está disposto a contribuir para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

João : Como disse, quando presente é respeitosa, profissional e proveitosa;

Maria: muitas vezes ele não vem a escola. Mas quando vem a relação é boa, pois tiramos nossas dúvidas.

José : não temos contato com o mesmo.

Antônia: Quando vêm não orientam e sim fazem criticas.

Galveias (2008) assegura que os supervisores devem ver-se a si mesmos não como meros críticos do desempenho profissional, mas antes como cooperantes com os professores no esforço de compreender problemas, questões e dilemas que são inerentes ao processo de aprender e de ensinar. É necessário que se desenvolva um tipo de supervisão que abra espaço a um relacionamento profissional e a um relacionamento humano, e que não se prenda só com uma relação profissional formativa. Está-se lidando com seres humanos e, por isso, é preciso abrir novas possibilidades de desenvolvimento profissional através de um bom clima relacional.

Para Sá-Chaves (2000, p. 127) há essa possibilidade na supervisão pois:

A supervisão e a atitude supervisiva pressupõem um atento e abrangente olhar que compete e atente ao perto e ao longe, ao dito e ao não dito, ao passado e às hipóteses de futuro, aos factos e às suas interpretações possíveis, aos sentidos sociais e culturais, à manifestação desejo e à possibilidade/impossibilidade da sua concretização, ao ser e à circunstância, à pessoa e ao seu próprio dever.

A questão seguidamente analisada tem como objetivo caracterizar o papel e a prática do supervisor pedagógico nas reuniões com os professores.

5) Como caracteriza as reuniões pedagógicas?

() O supervisor é atuante nas mesmas? Exemplifique.

() realiza reflexões com os professores. Exemplifique.

() acontecem estudos entre supervisores? Se sim, dê exemplos de estudos que realizam.

Quando perguntados sobre as reuniões pedagógicas, ficou nítido que não há a presença do supervisor, tal como tinha sido notado em respostas as questões anteriormente analisadas. Em algumas escolas essas reuniões são mediadas pelo diretor.

A análise desta questão traz um ponto a ser refletido, a ausência do supervisor em reuniões, do que se subentende que não estão exercendo seu papel e suas atribuições. No caso dos entrevistados Maria e João as reuniões são feitas entre professor e diretor. É o diretor que está fazendo o papel do supervisor ao realizar reuniões pedagógicas.

De acordo com Alarcão (1994) o supervisor, em particular no contexto da formação inicial, tem por função estimular, incentivar, orientar e incutir no jovem professor o gosto pela mudança e pela evolução, não só como pessoa mas também como profissional, o que não acontece com dois dos professores por nós entrevistados.

João : necessárias e positivas. O supervisor não é tão atuante , se fosse mais presente teria mais proveito, os assuntos que mais se tratam é sobre frequência escolar;

Maria : as reuniões são feitas entre professor e diretor , portanto não há presença do supervisor.

José: As reuniões são feitas entre gestor e professor.

Antônia : Não existem.

As reuniões ou formações pedagógicas são um dos momentos que os profissionais têm para estarem juntos, partilhar ideias, buscar soluções para as dificuldades em sala de aula, e cabe ao supervisor incentivar, orientar o professor na sua ação e nos espaços dessas reuniões. Cardona (2002) corrobora afirmando que os professores e os supervisores devem trocar ideias com outros supervisores sobre o seu desempenho, sobre as suas reflexões, planificações e trabalhos de pesquisa que vão sendo desenvolvidos. Mais do que a troca de ideias e experiências, deve ser realizada uma reflexão fundamentada sobre os elementos que integram todo o processo de supervisão. A figura do diretor é importante também, mas ele não deverá substituir o papel do Supervisor Pedagógico, pois cabe ao supervisor acompanhar a prática docente do professor.

Soares (2007, p.37) destaca que os professores têm pouco tempo disponível para trabalharem em conjunto e que as equipas pedagógicas deveriam ter semanalmente a possibilidade de se reunir para trabalhar em conjunto.

Vamos analisar a penúltima questão desse bloco, que corresponde as observações e constatações do trabalho do professor, realizadas pelo Supervisor Pedagógico .

6) As observações e as constatações sobre o seu trabalho em sala de aula, feitas pelo supervisor são trazidas para a secretária ou para a escola pelo mesmo? Como são desenvolvidas?

Entendemos pelas respostas a fragmentação em relação à ação do supervisor, mais uma vez surgindo a figura do diretor como um mediador. Note-se que a entrevistada Maria diz que é o diretor que leva as observações até a secretaria, situação que reforça o papel do diretor em ser um mediador e já referido pelos entrevistados na resposta a outras questões.

José: Sim, algumas vezes recebemos noções de como proceder com algumas situações;

Maria : muitas vezes é o nosso diretor que leva nossos argumentos e opiniões, sobre o convívio escolar;

Antônia : Não, só faz de conta.

Analisaremos a ultima pergunta do bloco B, sobre relação do supervisor e equipe diretiva.

7) Como você percebe a relação do Supervisor Pedagógico com os demais membros da equipe diretiva? Exemplifique

Em relação as respostas dadas sobre a equipe diretiva, percebemos que algumas escolas não possuem essa equipa, já outras tem apenas o acompanhamento do diretor. Uma das entrevistadas (Antônia) deixa evidente que a equipe não existe, pois os supervisores não fazem o acompanhamento ficando apenas na secretária de educação.

A participação do diretor possibilita o envolvimento de todos os elementos integrantes da escola, por isso é importante no processo educativo. O diretor também deve, por isso, ter características comuns ao do supervisor pedagógico. De ser mobilizador e eficaz no que faz, pois é ele que melhor conhece o contexto de trabalho, seus alunos, professores e supervisores. Enfim de todos os participantes no contexto educativo e dos objetivos que se quer alcançar. Quando o supervisor pedagógico e a equipe diretiva trabalham juntos há uma maior possibilidade de alcançar aquilo que se almeja, buscando de forma deliberada, consciente, planejada, integrada a unidade das ações. Mas se apenas o diretor faz isso, há uma possibilidade do trabalho não se desenvolver, dado ser importante e necessária a ação coletiva da equipe diretiva.

João : não sei dizer, pois pouco freqüento a secretária de educação, quando for possível, penso que deveria haver mais unidade;

Maria : a relação é boa , pois cada um de nós tira as dúvidas que temos

José : (não respondeu a pergunta;)

Antônia : não existe equipe de supervisores para acompanhar as escolas, só ficam na secretária .

O trabalho coletivo possibilita inúmeros benefícios no local de trabalho, além de permitir que o profissional não se isole. Com a equipe diretiva a ação do

supervisor pedagógico , traz uma oportunidade de proximidade entre os pares, se funcionar como um apoio e auxílio em processos de aprendizagem na escola.

Oliveira-Formosinho (2002, p. 12) explica um pouco sobre a importância do trabalho coletivo realizado colaborativamente:

A escola enriquece quando é possível que, entre pares, se convoquem saberes diferenciados e, eventualmente, funções e papéis diferenciados; a escola enriquece ainda quando é possível encontrar actores educacionais que possam trazer para o processo colaborativo de construção da qualidade na escola o valor acrescentado de outros saberes e de outras funções, para desafiar o monolitismo das respostas com que os sistemas educativos enfrentaram as situações no quotidiano escolar que a sociedade pós-moderna lhes tem vindo a colocar.

Apresentamos, de seguida, a análise de dados obtidos com as respostas às cinco perguntas do Bloco C.

Com o objetivo de perceber a importância que o professor atribui ao acompanhamento do supervisor em seu trabalho foi feita a primeira pergunta do Bloco C.

1) Considera importante o supervisor acompanhar o seu trabalho ?

Ao responderem à pergunta todos os professores expressam de como almejam o acompanhamento do supervisor em seu trabalho, para orientá-los, clarificar as dúvidas, apoiá-los em decisões.

João : Sim, pois temos todas as respostas, estar apoiado é primordial para realizações;

Maria : Sim , por que tiramos dúvidas e também pedimos opiniões sobre como ensinar o aluno dentro da sala de aula;

José : seria muito importante;

Antônia : Sim, se existisse um supervisor pedagógico , seria muito bom para supervisionar, ou seja orientar na sala de aula

Medina (2004:32) diz-nos que: "(...) é o trabalho do professor (...) que dá sentido ao trabalho do supervisor no interior da escola. O trabalho do professor abre o espaço e indica o objecto da acção/reflexão, ou de reflexão/acção para o desenvolvimento da acção supervisora".

Autores como Schön (1992), Nóvoa (1992), Placo(1994), Torres (1994) acreditam que supervisores e professores devem ser parceiros na organização de projetos, estudos e superar os desafios do dia a dia. Conjuntamente, devem refletir sobre as prioridades em determinadas atividades, como proporcionar reflexões entre os alunos e que metodologia é mais apropriada em determinadas situações (CLEMENTI, 2003).

Quando se trata do acompanhamento do supervisor pedagógico, todas as respostas retratam o quão necessário é o acompanhamento do supervisor, para tirar as dúvidas existentes, a orientação nas atividades, fica evidente que o trabalho do supervisor pedagógico só tem a contribuir.

Na segunda pergunta deste bloco,o intuito era saber se o supervisor contribui no seu trabalho em sala de aula.

2) O trabalho do supervisor pedagógico está contribuindo para o seu trabalho em sala de aula ? Se sim: Como você percebe essa prática? Dê alguns exemplos de contribuições.

Apenas um dos entrevistados ,João, afirma que o supervisor pedagógico contribui com sua prática, os demais disseram que não há contribuição do Supervisor Pedagógico. Se torna difícil para o professor desenvolver um bom trabalho se não tem alguém para dar contribuições, opiniões ou até sugestões sobre a sua prática em sala de aula.

João: um pouco, pois houve estreitamento nas relações com pais e alunos, uma maior presença de pais e alunos na escola.

Maria : Não pois não há acompanhamento.

José: Não, o mesmo não se apresentou até o momento

Antônia : Não.

Alarcão & Roldão, dizem-nos que:

o supervisor é alguém que se preocupa em ajudar a crescer como professores, alguém que proporciona aos seus alunos ambientes formativos estimuladores de um saber didático, alguém que influencia o processo de

socialização, contribuindo para o alargamento da visão de ensino, estimulando o autoconhecimento e a reflexão sobre as práticas, transmitindo conhecimentos úteis para a prática profissional (2008, p. 54).

Se há falta de acompanhamento e de contribuições, o professor possivelmente não terá incentivo para melhorar suas ações, pois não há experiências compartilhadas quando o supervisor pedagógico não acompanha ele foge de suas funções. A prática de contribuição do supervisor deve ser caracterizada para a educação, pois como Marques (1996, p. 14) expressa, a educação se cumpre num diálogo de saberes, não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação.

Na terceira pergunta importava saber se o supervisor contribuía no desenvolvimento das funções do professor.

3) E para o desenvolvimento de suas competências profissionais? Como você percebe?

Apenas um entrevistado responde afirmativamente dizendo que há desenvolvimento nas competências profissionais, os demais respondem negativamente. Conforme foi explicitado nesta pesquisa o supervisor deverá desenvolver suas diversas competências e funções para o desenvolvimento no trabalho do professor. Parece não haver, a avaliar pelas palavras dos entrevistados, contributos do Supervisor Pedagógico para o desenvolvimento profissional dos professores que supervisiona. Assim sendo, estes não terão tantas possibilidades de ter um bom desempenho profissional, dado que é fundamental para que isso aconteça, a possibilidade de contactar com outros entendimentos das diversas situações da prática docente e com mais experiência, como deve ser a característica de um supervisor

João : Proveitosa, pois permitiu perceber com mais nitidez os frutos de um bom projeto, pais mais presentes, alunos frequentes;

Maria: Não há desenvolvimento pois não há acompanhamento .

José: não posso relatar pois não tenho contato com o supervisor

Antônia: os supervisores não estão contribuindo para o desenvolvimento na sala de aula, pois os mesmo só fazem criticas.

Para Fullan e Hargreaves (2001, p. 5)

O desenvolvimento profissional significa permitir que os professores desenvolvam em palavras e em actos os seus próprios objectivos [...] O desenvolvimento profissional tem que dar ouvidos e promover a voz dos professores; estabelecer oportunidades para que os professores confrontem as suas concepções e crenças subjacentes às práticas; evitar o modismo na implementação de novas estratégias de ensino; e criar uma comunidade de professores que discutam e desenvolvam os seus objectivos em conjunto, durante todo o tempo.

Para Ponte (1998, p. 10), “o desenvolvimento profissional é assim uma perspectiva em que se reconhece a necessidade de crescimento e de aquisições diversas, processo em que se atribui ao próprio professor o papel de sujeito fundamental”.

Conlow (2001) reflete sobre o quão é de extrema importância a contribuição do supervisor para com o professor e ainda estabelece algumas competências como as :

Pessoais – ser honesto, educado, respeitador e competente; Interpessoais – compreender as dinâmicas do trabalho, apoiar e orientar os outros; Comunicativas – manter uma comunicação eficaz; Desempenho – criar expectativas, definir objetivos claros, dar feedback e supervisionar com flexibilidade.

Tais competências só se efetivarão, caso o supervisor as coloque em prática, caso contrário os professores nunca perceberão, o que deixa o trabalho do docente incompleto, pois sem o bom desempenho das ações dentro da escola e o auxílio do supervisor, dificulta o trabalho dentro do ambiente escolar. Já na quarta e quinta questão do bloco C o objetivo era conhecer o que os professores mais valorizam no perfil do supervisor pedagógico no que diz respeito às características pessoais.

4) Que características pessoais do supervisor pedagógico são mais importantes para sua prática?

Destacamos que a característica acompanhamento está presente em quase todas as respostas. Os professores entrevistados almejam que os seus supervisores sejam pessoas alegres para que possam trabalhar de maneira harmoniosa, disponibilidade para dar atenção quando necessário, características que o supervisor tem para facilitar a relação com os professores e prestar ajuda ao professor. Para o professor, o supervisor deverá ter entre suas diversas características, o lado humano de ser, pois está lidando com seres humanos. As

características pessoais do supervisor citadas nas respostas, representam, para os professores entrevistados, indicações da possibilidade de um bom relacionamento entre os profissionais.

João : inter-relação pessoal, conhecimento de causa, humildade, simplicidade e etc...

Maria : acompanhamento escolar , pessoas alegres

José : Acompanhar e contribuir pedagogicamente;

Antônia: Acompanhar e ser atencioso.

Em relação ao acompanhamento pedagógico, é necessário e fundamental que o Supervisor Pedagógico tenha capacidade de colocar em prática suas competências, atuando no espaço escolar, contribuindo e apoiando o trabalho do professor, se dispondo a ajudá-lo com disponibilidade e flexibilidade nas ações educativas, adequadas a prática pedagógica. Vieira (1993) afirma que o supervisor deve possuir competências fundamentais como: abertura, disponibilidade, flexibilidade e sentido crítico para com os supervisionados.

Sobre a ênfase do acompanhamento pedagógico detectado na fala dos entrevistados Alarcão & Tavares(2003, p. 53 dizem que:

O supervisor, como prático experiente, tem a tarefa de orientar, estimular, exigir, apoiar e avaliar. Sendo que a reflexão individual e conjunta levará o professor a questionar as suas próprias ações e atitudes e a modificá-las com o intuito de melhorar todo o processo de ensino-aprendizagem em que se encontra envolvido.

Corroborando com esta análise Reis (2011, p. 17) elenca algumas características que um supervisor de qualidade deve possuir:

as capacidades de encorajar, observar, ouvir, apoiar, reflectir, analisar, discutir, organizar, definir objectivos e metas, ser flexível e acessível. As competências de relação interpessoal e de comunicação são decisivas no estabelecimento de uma relação de supervisão centrada na colaboração, no apoio e no aconselhamento tendo em vista o desenvolvimento de práticas lectivas adequadas.

Na quinta e última pergunta do bloco C, foram indagados sobre as competências profissionais do supervisor pedagógico que os entrevistados mais valorizam.

5) E as competências profissionais do supervisor pedagógico que mais valoriza

Nas respostas dos professores entrevistados a esta questão existe muita semelhança com as respostas à quarta questão deste bloco, mais a exigência de ser inovador e esclarecedor, características enfatizadas por dois dos entrevistados. São competências que valorizam mas que estão faltando na sua prática e que gostariam de tê-las na figura do seu supervisor. Nota-se que o entrevistado João se expressa sobre a relação inter-pessoal, porque tem uma concepção que o supervisor além de ser um profissional é um ser humano com sentimentos.

João: inter-relação pessoal, conhecimento de causa, humildade, simplicidade;

Maria : Esclarecedor , responsável

José : inovador

Antónia : (não respondeu)

Ribeiro (2011, p. 51) refere-se sobre a importância das competências para o trabalho pedagógico.

“[...]a partilha de perspectivas sobre a acção do Outro, sendo construtiva, requer uma fundamentação, só possível pela articulação entre a teoria e a prática (...) podemos inferir que esta estratégia de reflexão dialogada com o Outro, parece ter lançado sementes para a formação continuada, como alicerce do desenvolvimento de competências intelectuais exigíveis a um educador, para compreender e transformar a prática.

O desenvolvimento das competências do Supervisor Pedagógico, é uma forma de mediação para o desenvolvimento profissional do professor. Estabelece-se então uma relação dialógica e mais colaborativa entre pares, onde as competências interpessoais do supervisor serão fundamentais para que possa atenuar tensões ideológicas de carácter pedagógico, impulsos ou conflitos morais, inseguranças e fragilidades perante a análise do trabalho do professor enquanto profissional (ALARCÃO;TAVARES,2003; COSTA; MATOS, 2007).

O Projeto de Lei nº 4.412/2001 de 2001que regulamenta a profissão de supervisor pedagógico, clarifica sobre a atuação das competências, do supervisor pedagógico:

Eles terão a competência de, na área educacional, coordenar, planejar, pesquisar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, controlar, acompanhar, orientar, executar, avaliar trabalhos, programas, planos e projetos. Deverão ainda prestar serviços de auditoria, consultoria e

assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes e pareceres técnicos, científicos e pedagógicos.

O Supervisor Pedagógico que atua no ambiente escolar medeia e facilita o processo de ensino e de aprendizagem. A parceria entre supervisor e professor é um suporte para as ações que contribuem no ensino aprendizagem e envolvem a escola. Colocando suas competências em prática o Supervisor Pedagógico torna-se um agente atuante e participante no processo educacional.

Uma análise conjunta dos resultados obtidos nas respostas das entrevistas realizadas aos professores e supervisores pedagógicos que participaram neste estudo permite verificar que os resultados evidenciaram que os supervisores não desempenham seu papel de acordo com o que esperavam os professores. De forma geral, e de acordo com as respostas dadas, pouco acompanham o trabalho dos professores dado que fazem apenas uma ou duas visitas uma vez por ano e somente em algumas escolas. Quando vão à escola é para olhar diários, frequência escolar dos alunos e não contribuem com novas ideias ou sugestões em relação ao trabalho do professor.. De acordo com as respostas dadas pelos Supervisores Pedagógicos, ficam apenas disponíveis na secretaria de educação fazendo serviços técnicos- administrativos, embora sejam cientes que sua função não é essa. Já nas repostas transcritas pelos professores se confirmou a percepção que se teve ao entrevistar os supervisores. Não há acompanhamento do trabalho dos professores nas escolas e ficou perceptível que raramente ocorrem incentivos, ideias, contribuições do Supervisor Pedagógico para o professor em relação ao trabalho pedagógico.

No que se refere ao âmbito supervisivo, Villas Boas (2003) relata que a ação supervisora escolar exige do supervisor uma contínua avaliação acerca da sua própria atuação visando ao desempenho e ao esforço permanentes bem como ao seu aperfeiçoamento, não apenas como técnico, mas, especialmente, como ser humano e profissional envolvido com seu trabalho. Isto é, o supervisor pedagógico não é um técnico encarregado da eficiência do trabalho e muito menos, um controlador de produção. Sua função e seu papel assumem uma posição social e politicamente maior, de líder, de coordenador que estimula o grupo à compreensão-contextualizada e crítica – de suas ações e, também, de seus direitos (RANGEL; SILVA JÚNIOR et al., 2003, p. 150-151).

No discurso dos professores percebemos que a maioria conceitua supervisão pedagógica, como uma prática de acompanhamento, orientação o que nos leva a afirmar que sabem o seu papel e sua importância para o trabalho do professor. Ressaltam como seria o supervisor segundo a opinião deles e suas características, o que evidenciou um profissional parceiro, mediador, que contribua para o trabalho do professor no processo de ensino e aprendizagem. Além de valorizarem características pessoais, como incentivar o trabalho docente, motivando-os, se mostrando sempre disponível para ajudar, são características fundamentais para se manter uma boa relação entre ambos.

Sobre o desenvolvimento profissional, é nítida a ausência de meios para que ocorra, com o Supervisor Pedagógico já que se constatou que não existem reuniões pedagógicas, ou seja não há momentos de partilha de ideias, de experiências. De acordo com os resultados obtidos, em algumas escolas é o Diretor que proporciona essas reuniões, fazendo assim o que seria tarefa do Supervisor Pedagógico. A pesquisa oportunizou também uma reflexão dos entrevistados sobre a sua prática. Ao responder às diferentes perguntas dos Guiões, pensavam sobre o que acontece diariamente ao seu meio, refletindo sobre o que estaria correto ou não, atitudes que deveriam ser mudadas, proporcionaram um momento reflexivo.

Sobre o aspecto da ação reflexiva, de acordo com Schön (2000, p. 39): quando os profissionais respondem a zonas indeterminadas da prática, sustentando uma conversação reflexiva com os materiais de suas situações, refazem parte de seu conhecimento prático e revelam, assim, os processos normalmente tácitos de construção de uma visão de mundo em que baseiam toda a sua prática.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES

5 INTRODUÇÃO:

Este capítulo final é destinado as conclusões desta pesquisa, as limitações do estudo (5.1) e às sugestões para futuros trabalhos (5.2)

5.1 CONCLUSÕES

Relacionando os resultados obtidos com o levantamento teórico feito na pesquisa, chegamos a uma conclusão relativa ao objetivo geral deste estudo que é: Caracterizar o perfil do Supervisor Pedagógico na sua atuação pedagógica, face aos professores em formação, de acordo com as percepções dos professores e supervisores Pedagógicos.

Em relação a este objetivo, os resultados obtidos permitiram concluir que :

A Supervisão Pedagógica no município de Nina Rodrigues deverá, de acordo com os resultados obtidos neste estudo, ser pensada e refletida, para futuras mudanças, em relação a função do supervisor pedagógico, desde o seu papel às suas ações em sala de aula, pois o que se identificou através das respostas é que este profissional, não exerce sua função como deveria. Há um distanciamento na prática do supervisor comparativamente ao que os teóricos citados na pesquisa defendem: um profissional que acompanha, medeia a ação dos professores contribuindo com sugestões para sua a prática e facilita a inovação O que se verificou, pelas respostas dadas quer pelos professores quer pelos próprios supervisores é que na prática não cumprem este papel, pois não vão até as escolas, não acompanham, ou pouco acompanham o trabalho do professor, não realizam as ações que deveriam realizar no contexto pedagógico. Segundo os professores e os próprios supervisores, ficam apenas na secretaria de educação fazendo trabalhos técnicos administrativos. Verificamos ainda que os supervisores reconhecem, através de reflexão sobre seu trabalho, que não desempenham, perante os professores o seu papel como deveriam e que há necessidade de melhorarem a sua prática como supervisores.

Foi possível, com a realização desta pesquisa, conhecer a percepção que os professores têm sobre o supervisor pedagógico. Veem-no como um profissional

que não atua como deveria atuar, como alguém que ocupa um cargo no qual tem funções que são conhecidas pelos professores, mas que na prática não acontece a supervisão. Isto conduz a que , não se estabeleça a relação de acompanhamento da prática dos professores em formação pelos supervisores no sentido em que a Supervisão Pedagógica é meio facilitador no processo de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores. Deve auxiliar a construção dos seus saberes profissionais num processo contínuo de desenvolvimento dentro dos espaços educativos, através de processos de crítica construtiva e de reflexão na e sobre a prática dos professores. Ou seja, a supervisão realizada pelos Supervisores Pedagógicos que integraram esta pesquisa, afasta-se do defendido por autores como MEDINA (2002); MURAMOTO (2009) e ALARCÃO e TAVARES (2003).

Em relação aos objetivos específicos que nortearam este estudo, no que diz respeito ao objetivo: Identificar o conceito de Supervisão Pedagógica dos professores e dos supervisores pedagógicos, foi possível identificar esse conceito mediante as respostas dadas na entrevistas, cada participante da pesquisa conceituou Supervisão Pedagógica, como orientação e acompanhamento na prática docente. Sobre o segundo objetivo específico dessa pesquisa que se refere a averiguar se a proposta da Legislação da Supervisão Pedagógica é orientadora da ação do supervisor pedagógico junto ao professor na prática escolar, percebemos, pelos resultados das entrevistas aos Supervisores Pedagógicos e aos professores em formação, que os supervisores não seguem o que é referido na legislação de supervisão brasileira, nem na legislação da Secretaria de Educação Municipal, que também legisla sobre o trabalho dos supervisores. Existe um Plano de Cargos e Carreiras no município onde diz que o critério para exercer a função de Supervisor Pedagógico basta ser um educador, torna-se um cargo de confiança que é determinado pelo Prefeito ou pelo Secretario de Educação. Verifica-se que independentemente da especialização qualquer pessoa, poderá ocupar o cargo, desde que seja indicado por estas autoridades.

No que diz respeito ao objetivo que pretendia caracterizar, na perspectiva do supervisor, a relação entre equipe diretiva no trabalho pedagógico, foi possível ter a percepção que o supervisor é consciente das suas funções e atribuições, assim também como é consciente de que não cumpre o seu papel enquanto profissional. Nas respostas dadas os Supervisores Pedagógicos assumiram que não fazem o

acompanhamento aos professores e também que não colaboram como deveriam com a equipe diretiva na escola.

Sobre o objetivo: comparar as percepções de professores e supervisores sobre a prática pedagógica, percebe-se que não há uma ação supervisiva do supervisor pedagógico junto ao professor no que diz respeito ao desenvolvimento de competências relacionadas com a prática pedagógica, uma vez que não há o acompanhamento do supervisor juntamente ao professor, o que limita que os professores em formação adquiram as competências profissionais que se espera que adquiram durante o processo supervisivo a que são sujeitos. Conforme foi assumido pelos supervisores do estudo, é frequentemente o Diretor que assume esse papel.

As conclusões obtidas nesta pesquisa, nos dão uma percepção do quanto algumas práticas ligadas a educação Ninense, no que diz respeito à Supervisão Pedagógica, se afastam do que teóricos e a própria legislação brasileira defende no que respeita aos objetivos da Supervisão Pedagógica e ao papel do supervisor.

Estes resultados causam-nos preocupação, pois depois de tantos anos de evolução e inovação na educação, há situações que ocorrem com se não tivesse acontecido progresso ou desenvolvimento no que diz respeito às práticas de supervisão, dadas as consequências negativas que isto pode ter na formação e desenvolvimento profissional dos professores em formação. Assim, a nosso ver, faz-se necessário uma mudança urgente no exercício das práticas de supervisão, dado que se compromete não só a formação dos futuros professores mas também a qualidade de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente a formação dos seus alunos.

Também, a nosso ver, a realização deste estudo poderá contribuir de alguma forma para que a mudança necessária a este nível ocorra dado que a realização das entrevistas parece ter contribuído para alguma conscientização dos supervisores para o afastamento do que se pretende com a Supervisão Pedagógica e a que realizam, já que assumiram essas limitações nas respostas que deram na entrevista. Acreditamos que a participação dos supervisores neste estudo tenha possibilitado uma reflexão mais profunda sobre as suas práticas, o que os poderá ajudar a consciencializar da necessidade de uma mudança de postura, de forma a melhor cumprirem o seu papel como supervisores pedagógicos.

Em suma, através dos resultados dessa pesquisa, verificou-se que o trabalho de Supervisão realizado no município de Nina Rodrigues não se ajusta ao conceito atual da Supervisão Pedagógica. Segundo o que os teóricos (por exemplo, Saviane: 2010; Libâneo :2004; Rangel 2004) defendem e a legislação Brasileira determina, as ações dos Supervisores Pedagógicos afastam-se que deve ser feito. As supervisoras Pedagógicas não fazem o acompanhamento nas escolas, os professores confirmam isso ao serem entrevistados ,transparecendo em seus relatos o quanto se sentem sem orientação pedagógica em sala de aula e como almejam alguém que os acompanhe e contribua para a melhoria das suas práticas e para o seu desenvolvimento profissional.

5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

É válido considerarmos as limitações ocorridas neste estudo, ao que se refere ao número de professores entrevistados apenas quatro se disponibilizaram a participar da pesquisa, o que é um número reduzido em relação a quantidade de professores que as duas escolas possuíam, o que pode ter comprometido os resultados obtidos. Outra limitação que se faz necessário ressaltar é a inexperiência da investigadora na realização das entrevistas, o que pode ter também comprometido a obtenção de mais dados em algumas das questões dos guíões.

5.3 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Considerando as limitações citadas anteriormente, esta pesquisa possibilita a motivação para novas investigações no âmbito da Supervisão Pedagógica. Que poderão ser estudos voltados para investigação ou aprofundamentos relacionados a supervisão pedagógica dentre eles :

- Investigação sobre a atuação do Supervisor Pedagógico nas escolas.
- Estudos que demonstrem a influência do Papel do Supervisor Pedagógico no trabalho do professor para seu desempenho profissional.

- Estudos que desenvolvam na escola, a fim de investigar as condições favoráveis e as limitações à realização de uma Supervisão pedagógica mais colaborativa.

Ressaltamos que são apenas algumas sugestões com o intuito que o supervisor pedagógico, a escola e Secretaria de Educação do Município, reflitam sobre suas ações, conheçam a realidade escolar, e saibam da importância que tem quando um profissional exerce sua função como deve exercer. Conscientizando-se dos seus papéis e função, colocando sempre como prioridade o ensino e aprendizagem de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. **Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?** *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 5, p. 5-23, 1980.

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e supervisão: Uma escola em desenvolvimento e aprendizagem**In: ALARCÃO, I. (Org.). *Escola reflexiva e supervisão*. Porto: Porto Editora, 2000.

_____. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Do olhar superviso ao olhar sobre a supervisão**. In: RANGEL, M. (org.). *Supervisão Pedagógica: princípios e práticas*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2002. p. 81-102.

_____. **Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schon e os programas de formação dos professores**. In: ALARCÃO, I. (org.). *Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão*. Porto: Porto Editora, 1996.

_____ e TAVARES, J. **Supervisão da prática pedagógica: uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem**. Coimbra: Almedina, 2003.

_____ e ROLDÃO, M. **Supervisão - um contexto de Desenvolvimento Profissional**. Mangualde: Edições Pedagogo, 2008.

_____ e ROLDÃO, M. C. **Supervisão: um contexto de desenvolvimento profissional de professores**. Mangualde: Edições Pedagogo, 2010

ANJOS, A. **Relação entre a função de liderança do Supervisor Escolar e a satisfação de professores: estudo de caso na 1ª D. E. de Porto Alegre**. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação), Porto Alegre, PUCRS, 1988.

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. **O sucesso da coordenação pedagógica no Projeto de Classes de Aceleração**. In V. M. N. S. Placco & L. R. Almeida (Orgs.). *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2003, p. 07-15.

ALVES M, ALVES C. **O supervisor educacional como articulador da ética no contexto escolar**. *Revista contrapontos*, vol. 12, nº 2, p. 196-206, 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2248>. Acesso em 10 de jun de 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Educação profissional: legislação básica. Brasília, DF: PROEP, 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação – Uma Introdução à Teoria e Métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BERLAK, A. e BERLAK, H. **The Dilemmas of Schooling**. London: Methuen, 2010.

BISQUERRA, R. **Metodos de investigacion educativa**. Barcelona: Ed. CEAL, 1989.

CARDONA, M. J. **Modelos de formação inicial e desenvolvimento profissional. Um estudo sobre os educadores de infância portugueses**. Revista do GEDEI, vol. ??, n. ??. pp. 43-61, 2002.

CLEMENTE, F.M. e MENDES, R.M. **Educação e Formação: perfil de liderança do Diretor de Turma e problemáticas associadas**. EXEDRA Revista Científica, vol. ?? nº7, pp 71-78, 2013.

CONLOW, R. (2001). **EXCELLENCE IN SUPERVISION: ESSENTIAL SKILLS FOR THE NEW SUPERVISOR**. Estados Unidos da América: Crisp Learning.

DENZIN, N. e LINCOLN, Y. **The sage handbook of qualitative research**. California: Sage Publications, Inc., 2005.

FERREIRA, V. **O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos**. In SILVA, A. PINTO, J. (Org.). Metodologia das Ciências Sociais. 13ª ed., pp. 165-194. Porto: Afrontamento, 2005.

FERREIRA, N.S.C.(org.) **Gestão de educação e formação humana: um projeto pedagógico coletivo**, In: Comunicações. Piracicaba, UNIMEP, ano 4, N.2, novembro 1997.

_____. **O trabalho de formação dos profissionais da educação: priorizando finalidades com autodeterminação**. In: FERREIRA, N. S. C e AGUIAR, M. A. S.(Orgs.). Para onde vão a supervisão e a orientação educacional? Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

_____. **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**, São Paulo: Cortez, 2010.

FOULQUIÉ, P. **Dictionare de la langue pdagogiqque**. Paris, PUF, 1971.

FREITAS, A. L. S. **Pedagogia da Conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

GONÇALVES, F. **A Auto-observação e Análise da Relação Educativa – justificação e prática.** Porto: Porto Editora, 2006.

GHIGLIONE, R. e MATALON, B. **O inquérito: teoria e prática.** Oeiras. Celta Editora, 2005.

GLICKMAN, C., GORDON, S. e ROSS-GORDON, J. **Supervision and Instructional Leadership-eight edition. A Developmental Approach.** Boston: Pearson, 2010.

HOLLOWAY- **Basic Concepts for Quality Research.** In **Basic Concepts for quality research.** Blackwell Science, Ltd, Oxford, UK, 1999.

IBGE. **População.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/nina-rodriques/panorama>. Acesso em 26 de jul de 2018.

KETELE, J. M. e ROEGIERS, X. **Metodologia da recolha de dados.** Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

LIBÂNEO, J. C., **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** 5ª Ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. 99p.

MEDINA, A. S. **Supervisão escolar, da ação exercida à ação repensada.** Porto Alegre: AGE, 2002.

_____. **Supervisor Escolar: parceiro Político-Pedagógico do Professor.** In RANGEL, M.; SILVA, C. (orgs.). **Nove Olhares Sobre a Supervisão.** 10. Campinas: Papirus, p.32

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002

MURAMOTO, H. M. S. **Supervisão entre educador? Há legitimidade nisso? Suplemento Pedagógico.** APASE, ano X nº 25, 2009.

MINAYO, M.C.DE S.O **Desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NÉRICI, Inídeo G. **Introdução à Supervisão Escolar**. São Paulo: Atlas, 1973.

NÉRECI, J.C. **Introdução à Supervisão Escolar**. Ed. São Paulo: Atlas, 1978.

NÓVOA, A. **Os professores e as histórias da sua vida**. In NÓVOA, A. (Org.), *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

OLIVEIRA, F. J. (Org.). **A Supervisão na Formação de Professores I: Da Sala à Escola**. Porto: Porto Editora, 2002.

ORSOLON, L. **O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola**. In: PLACO, V. ALMEIDA, L. (orgs.) *O coordenador pedagógico e o espaço de mudança*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.

PONTE, J. **Da formação ao desenvolvimento profissional**. In *Actas do ProfMat 98*, Lisboa:APM, 1998.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Edição Gradiva, 2003.

RANGEL, M. **O estudo como prática de supervisão**. In: *Supervisão pedagógica: princípios e práticas*. 4. ed. Campinas: 2004.

REIS, P. **Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente**. Cadernos do CCAP – 2. Ministério da Educação – Conselho Científico para a Avaliação de Professores: Lisboa, 2011.

SÁ-CHAVES, I. e AMARAL, M. J. **Supervisão reflexiva: a passagem do eu solitário ao eu solidário**, in Alarcão, I. (Org.). *Escola Reflexiva e Supervisão*. Porto: Porto Editora, 2000.

SAVIANI, D. **A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). *Supervisão Educacional para uma escola de qualidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHÖN, D. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, A. (Coord), *Os professores e a sua formação*. 3ª ed. Coleção Temas de Educação. Lisboa: Publicações, 1997.

_____. **The reflective practitioner**. New York: Basic Books, 1983.

_____. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Trad: COSTA, R. C. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 256p.

SILVA JR, C. A. **Organização do trabalho na escola pública.** O pedagógico e o administrativo na ação supervisora. In: RANGEL, Mary. (Orgs.). **Nove olhares sobre a supervisão.** Campinas: Papirus, 2004.

SILVA, T. R. N. **Formação do educador: aspectos teóricos.** In: ALVES, N. (Coord). **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola.** São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES A. **A cooperação é possível.** In:Dossier: Trabalho colaborativo dos professores. Revista Noesis, vol. ?? nº 71, 2007.

STONE, C. J. **Classification and regression trees.** Califórnia: Wadsworth, Inc., 1984.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1995.

UR BANETZ, Sandra; SILVA, Simone. **Orientação e Supervisão Escolar,** Curitiba: ILPLEX, 2008. Subsidios Pedagogicos do Libertad)

VASCONCELLOS, **Coodenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertard, 2002.

VIEIRA, F. **Supervisão: Uma Prática Reflexiva de Formação de Professores.** In: Coleção em Foco. Rio Tinto: Edições Asa, 1993.

VILLAS BOAS, M. V. **A prática da supervisão.** In: Educação e supervisão. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VILELAS, J. **O processo de construção do conhecimento.** Lisboa: Edições Sílabo, 2009.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: **O Perfil do Superior Pedagógico Ninense: A percepção de supervisor e de professores**

Nome do Pesquisadora: Jassynara Moraes da Silva

1. **Natureza da pesquisa:** *A Sra. Maria de Jesus Felix da Silva está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade a elaboração de uma dissertação para o curso de mestrado.*
2. **Envolvimento na pesquisa:** *ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora Jassynara Moraes da Silva. A Sra .Maria de Jesus Felix da Silva tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (98) -991465659. ou pelo endereço eletrônico jassynaramoraes@gmail.com*
3. **Sobre as entrevistas:** Serão aplicados questionários ..
4. **Confidencialidade:** *todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora Jassynara Moraes da Silva e a orientadora Maria Helena Ribeiro Santos Silva terão acesso a informações.*
5. **Benefícios:** *ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre sua atuação da sua profissão , de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa ser válido, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.*
6. **Pagamento:** *Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização e participação da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

APÊNDICE B

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Raimundo José Braga, Secretário de Educação do Município de Nina Rodrigues tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada, “**O Perfil do Superior Pedagógico Ninense: A percepção de supervisor e de professores**”, no espaço da Secretária de Educação sob responsabilidade da pesquisadora Jassynara Moraes da Silva, Mestranda do Curso Supervisão Pedagógica da Universidade De Trás-Os-Montes e Alto Douro. Para isto, serão disponibilizados a pesquisadora a permissão de entrada dentro da instituição, acesso a alguns documentos e informações necessárias a pesquisa .

Nina Rodrigues, ____, Setembro de 2016

APÊNDICE C

GUIÃO DA ENTREVISTA AOS SUPERVISORES

Tema: O perfil do Supervisor Pedagógico Ninense: A percepção de Supervisores e Professores.

Objetivos gerais:

A presente entrevista tem como objetivos principais:

- Inferir sobre a prática da supervisão, a partir da análise do discurso dos professores e supervisores;
- Identificar o conceito de supervisão para os professores e Supervisores Pedagógico envolvidos no estudo.
- Conhecer a percepção dos supervisores sobre a sua influencia no desenvolvimento de competências profissionais dos professores e nas suas práticas.
- Caracterizar, na perspectiva do supervisor, a relação que se estabelece entre a equipe diretiva no trabalho pedagógico.
- Identificar as características pessoais e competências profissionais que o Supervisor Pedagógico mais valoriza na sua prática e quais as mais valorizadas pelos professores.

Bloco A:

Legitimação da entrevista:

➤ **Objetivo geral:**

- Motivar o entrevistado para a realização da entrevista

➤ **Objetivos específicos:**

- Informar o entrevistado acerca da temática e dos objetivos da entrevista;

- Garantir a confidencialidade da entrevista, referindo que as informações dadas são para uso exclusivo da entrevistadora durante a investigação;
- Caracterizar os entrevistados.

1) Dados de caracterização do entrevistado

Idade: _____

Sexo: _____

Tempo de serviço docente: _____

Categoria profissional: _____

Habilitação acadêmica: _____

Experiência Docente: _____

Experiência enquanto Supervisor Pedagógico: _____

Bloco B:

Conceito de Supervisão.

Relações estabelecidas pelo supervisor pedagógico com a equipe diretiva.

Objetivos gerais :

- Identificar o conceito de supervisão pedagógica dos supervisores envolvidos no estudo
- Inferir sobre a prática da supervisão, a partir da análise do discurso dos supervisores.
- Caracterizar, na perspectiva do supervisor, a relação que se estabelece entre a equipe diretiva no trabalho pedagógico.

Objetivo específicos :

- Identificar a visão que o supervisor tem sobre seu trabalho junto do professor;
- Investigar a relação professor-diretor-supervisor no espaço escolar;
- Conhecer como o supervisor atua junto ao professor , como ele desempenha sua função.



Questões:

1) O que você entende por Supervisão Pedagógica?

2) Na sua opinião qual a função do Supervisor Pedagógico?

3) Como você desenvolve sua função? Cite exemplos

4) Como caracteriza as reuniões pedagógicas? Dê exemplos.

() É atuante nas mesmas? Dê exemplos.

() Realiza reflexões com os professores? Dê exemplos

() Acontecem estudos entre supervisores e professores? Dê exemplos

5) As observações e as constatações do trabalho do professor em sala de aula são trazidas por si para a secretária ou para a escola? Como são discutidas e desenvolvidas?

6) como você percebe a relação do Supervisor pedagógico com os demais membros da equipe diretiva? Exemplifique.

Bloco C:

Influencia do Supervisor pedagógico no desenvolvimento de competências profissionais e na prática dos professores.

Características pessoais e profissionais do Supervisor Pedagógico.

Objetivos gerais:

- Identificar as características pessoais e as competências profissionais do Supervisor pedagógico .
- Conhecer a percepção dos supervisores sobre a sua influencia no desenvolvimento de competências profissionais dos professores e nas suas práticas.

Objetivos específicos:

- Perceber a visão que o supervisor tem sobre suas práticas;
- Conhecer através das respostas dos Supervisores como se dá a prática do seu trabalho.
- Conhecer o perfil do Supervisor Pedagógico.

Questões

- 1) Você considera importante o Supervisor Pedagógico, acompanhar o trabalho dos professores? Por quê?
- 2) O seu trabalho como Supervisor Pedagógico está contribuindo para o desenvolvimento profissional dos professores que você acompanha? Em que sentido contribui para a escola? Como você percebe? Se a resposta for não, explique o motivo.
- 3) Em sua opinião qual o seu perfil como Supervisor Pedagógico?
- 4) As observações e as constatações feitas pelo supervisor são trazidas para a secretaria ou para a escola pelo mesmo? Como são discutidas e desenvolvidas?
- 5) Acontecem reuniões entre a supervisão e a direção? Como se dá a relação entre a supervisão e a direção? Com que frequência? O que é tratado?
- 6) Como se dá a relação entre equipe diretiva (diretor, vice-diretor e Supervisor)?
- 7) As reuniões pedagógicas como são? O supervisor é atuante nas mesmas? Realiza reflexões com o grupo? Acontecem estudos?

APÊNDICE D

GUIÃO DA ENTREVISTA AOS PROFESSORES

Tema: O perfil do Supervisor pedagógico Ninense: A percepção de Supervisores e Professores.

Objetivos Gerais:

A presente entrevista tem como objetivos principais:

- Inferir sobre a prática da supervisão, a partir da análise do discurso dos professores e supervisores;
- Identificar o conceito de supervisão para os professores e Supervisores Pedagógico envolvidos no estudo.
- Conhecer a percepção dos supervisores sobre a sua influencia no desenvolvimento de competências profissionais dos professores e nas suas práticas.
- Caracterizar, na perspectiva do supervisor, a relação que se estabelece entre a equipe diretiva no trabalho pedagógico.
- Identificar as características pessoais e competências profissionais que o Supervisor Pedagógico mais valoriza na sua prática e quais as mais valorizadas pelos professores.

Bloco A:

Legitimação da entrevista:

➤ **Objetivo geral:**

- Motivar o entrevistado para a realização da entrevista

➤ **Objetivos específicos:**

- Informar o entrevistado acerca da temática e dos objetivos da entrevista;

- Garantir a confidencialidade da entrevista, referindo que as informações dadas são para uso exclusivo da entrevistadora durante a investigação;
- Caracterizar os entrevistados.

1) Dados de caracterização do entrevistado

Idade: _____

Sexo: _____

Tempo de serviço docente: _____

Categoria profissional: _____

Habilitação acadêmica: _____

Experiência Docente: _____

Bloco B:

Conceito de Supervisão.

Opinião dos Supervisores sobre o trabalho do Supervisor Pedagógico

Objetivos gerais :

- Inferir sobre a prática da supervisão, a partir da análise do discurso dos supervisores pedagógicos e do discurso dos professores;
- Identificar o conceito de supervisão dos professores envolvidos no estudo.

Objetivo específicos :

- Conhecer o conceito de Supervisão pedagógica perfilhado pelos professores;
- Caracterizar o papel e a prática dos Supervisores pedagógicos, na perspectiva dos professores;
- Investigar a relação professor-diretor-super o espaço.



Questões:

1) Na sua opinião o que é a Supervisão Pedagógica?

2) E qual a função do Supervisor Pedagógico?

3) Como você desenvolve sua função? Cite exemplos

4) Como caracteriza a sua relação com o seu Supervisor Pedagógico no espaço escolar.

5) Como caracteriza as reuniões pedagógicas?

() O supervisor é atuante nas mesmas? exemplifique.

() Realiza reflexões com os professores? Exemplifique.

() Acontecem estudos entre supervisores e professores? Se sim, dê exemplos de estudos que realizam;

6) As observações e as constatações do seu trabalho em sala de aula , feitas pelo Supervisor são trazidas para a secretaria ou para a escola pelo mesmo? Como são discutidas e desenvolvidas?

7) como você percebe a relação do Supervisor Pedagógico com os demais membros da equipe diretiva? Exemplifique.

Bloco C:

Influencia do Supervisor pedagógico no desenvolvimento de competências profissionais e na prática dos professores.

Características pessoais e competências profissionais do Supervisor Pedagógico.

Objetivos gerais:

- Conhecer a opinião dos professores sobre a influência do Supervisor Pedagógico no desenvolvimento de competências profissionais e na sua prática
- Identificar as características pessoais e as competências profissionais do Supervisor pedagógico .

Objetivos específicos:

- Conhecer através das respostas dos Professores as contribuições do Supervisor em sala de aula;
- Perceber a visão que o professor tem sobre Supervisor Pedagógico e se o mesmo influencia no desenvolvimento de suas competências profissionais;
- Conhecer o perfil do Supervisor Pedagógico.

Questões

1) Você considera importante o Supervisor Pedagógico, acompanhar o seu trabalho? Por quê?

2) O trabalho como Supervisor Pedagógico está contribuindo para o seu trabalho em sala de aula? Se sim: Como você percebe na prática? Dê alguns exemplos de contribuições.

3) E para o desenvolvimento de suas competências profissionais? Como você percebe? Dê alguns exemplos.

Se a resposta á (s) questão anteriores for não, explique os motivos.

4) Que características pessoais do Supervisor Pedagógico são mais importante para a sua prática?

5) E as competências profissionais do Supervisor Pedagógico que mais valoriza? Por quê?

ANEXO A**PROJETO DE LEI Nº 4.412 DE 2001 CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 4.412, DE 2001 (Do Sr. Cezar Schirmer)

Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) – ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º a profissão de Supervisor Educacional regula-se por esta lei.

Art. 2º O Supervisor Educacional tem como objetivo de trabalho articular crítica e construtivamente o processo educacional, motivando a discussão coletiva a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso dos alunos, através de currículos que atendam às reais necessidades da clientela escolar, atuando no âmbito dos sistemas educacionais federal, estadual e municipal, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino e em instituições públicas ou privadas.

Art. 3º O exercício da profissão de Supervisor Educacional é exclusivo dos portadores de diploma de curso superior em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar ou em nível de pós-graduação, devidamente reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação. Parágrafo único. Os diplomas expedidos por instituições estrangeiras devem obedecer o disposto nos §§1º e 2º do art. 48 da Lei n.º 9.394, de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.

Art. 4º São atribuições do Supervisor Educacional:

I – coordenar o processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos Planos de Estudo e dos Regimentos Escolares;

II – investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da Educação e integrantes da Comunidade;

III – supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente;

IV – velar o cumprimento do plano de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino;

V – assegurar processo de avaliação da aprendizagem escolar e a recuperação dos alunos com menor rendimento, em colaboração com todos os segmentos da Comunidade Escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino;

VI – promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação;

VII – emitir parecer concernente à Supervisão Educacional;

VIII – acompanhar estágios no campo de Supervisão Educacional;

IX – planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional;

X – propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço;

XI – promover ações que objetivem a articulação dos educadores com as famílias e a comunidade, criando processos de integração com a escola; XII – assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes à ação pedagógica.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa em epígrafe tem por escopo regulamentar as atividades de administração escolar, cometendo-as aos supervisores educacionais, graduados em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Educacional ou

Supervisão Escolar ou, ainda, pós-graduados nessas áreas. A proposição encontra, inclusive, respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 1996) que, em seu art. 64, assim estabelece:

“Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pósgraduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.”

A escola é uma das instituições sociais que necessita de constante ajuste à realidade, a fim de cumprir o seu papel na sociedade. A realidade brasileira tem demonstrado que, apesar de profundas alterações na estrutura e no funcionamento das escolas, estas, na maioria das vezes, permanecem relegadas ao plano de proposições teóricas, com base em um ideal educacional, sem, contudo, atingir a renovação da ação educativa. Para que a escola, como instituição social, possa participar desse processo de desenvolvimento e transformação, necessita revisar e redefinir papéis até agora existentes, a fim de adaptar-se às novas exigências sociais, transformando a educação escolar em um dos instrumentos do desenvolvimento individual, social e econômico, colaborando, decididamente, para a construção da própria cidadania. A LDB estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional e, ao fazê-lo, define as incumbências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes. Torna-se necessário, igualmente, definir o âmbito de atuação dos outros profissionais da educação, que atuam nesses estabelecimentos de ensino, entre eles os supervisores educacionais. A história da Supervisão Educacional acompanha a história da Educação e, atualmente, busca fazer uma releitura da realidade municipal, estadual, nacional e, até mesmo, internacional, a fim de oferecer subsídios para a construção de uma educação mais democrática e eficiente. Assim, ante o exposto, esperamos contar com o necessário apoio de nossos ilustres Pares para ver transformado de forma jurídica este projeto de lei, pois há nele fundamentos jurídicos, sociais e de justiça.

Sala das Sessões, em 9 de março de 2001.

Deputado CEZAR SCHIRMER

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS
LEGISLATIVOS- CEDI LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

TÍTULO V

DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO CAPÍTULO
IV DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

TÍTULO VI

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. § 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

TÍTULO VI DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PROJETO DE LEI Nº 4.412, DE 2001 III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, com substitutivo o Projeto de Lei nº 4.412/2001, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Kelly Moraes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jonival Lucas Junior, Professora Raquel Teixeira e Lobbe Neto - VicePresidentes, Átila Lira, Carlos Abicalil, Celcita Pinheiro, Chico Alencar, Costa Ferreira, Eduardo Seabra, Gilmar Machado, Iara Bernardi, Ivan Valente, Marinha Raupp, Miriam Reid, Neyde Aparecida, Paulo Kobayashi, Paulo Lima,

Rogério Teófilo, Deley, Eduardo Barbosa, Lindberg Farias, Márcio Reinaldo Moreira, Mariângela Duarte, Milton Monti, Murilo Zauith e Valdenor Guedes.

Sala da Comissão, em 25 de junho de 2003.

Deputado GASTÃO VIEIRA Presidente

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.412, DE 2001

Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências. SUBSTITUTIVO ADOTADO - CECD O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica instituída e regulamentada, nos termos desta Lei, a profissão de Supervisor Educacional.

Art. 2º. O exercício da profissão de Supervisor Educacional é prerrogativa dos portadores de diploma de curso de graduação obtido em instituição de ensino superior devidamente autorizada e credenciada pela autoridade competente do sistema de educação nacional. Parágrafo único. O diploma referido no caput deste artigo pode ser obtido em: I – curso de Pedagogia, Habilitação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar; II – instituição estrangeira de ensino superior, revalidado e registrado como equivalente ao diploma mencionado no inciso I; III – curso de pós-graduação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar.

Art. 3º. O campo de atuação do Supervisor Educacional abrange: I – os órgãos centrais e regionais dos sistemas de ensino; 111 informes e pareceres técnicos, científicos e pedagógicos, na área educacional.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala da Comissão, em 25 de junho de 2003.

Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA Vice-Presidente no exercício da Presidência COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO PROJETO DE LEI Nº 4.412, DE 2001 Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências. Autor: Deputado CÉZAR SCHIRMER Relatora: Deputada KELLY MORAES

I – RELATÓRIO O projeto de Lei do ilustre Deputado César Schirmer propõe a regulamentação da profissão de Supervisor Educacional, de competência exclusiva dos portadores de diploma de curso superior de Pedagogia, com habilitação na área de Supervisão Escolar ou Supervisão Educacional, ou equivalente. A proposição detalha, ainda, um conjunto de doze atribuições que podem ser desempenhadas no exercício da profissão de Supervisor Educacional. Durante a tramitação não foram apresentadas emendas.

I - VOTO DA RELATORA Na Legislatura passada, o ilustre Deputado Wolney Queiroz, na condição de Relator, apresentou um Projeto de Lei Substitutivo à proposta original, que não chegou a ser examinado por esta Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Por estarmos de pleno acordo com os termos propostos, incorporamos e transcrevemos o voto daquele Relator. “A atividade de supervisão educacional, também referida como 112 supervisão escolar, é uma das dimensões da atuação profissional na área de educação, prevista no artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, juntamente com outras atividades escolares como a administração escolar e a orientação educacional. As atribuições do profissional de supervisão educacional podem ser agregadas em três dimensões: uma voltada para o interior da escola, quando o supervisor coordena e promove processos pedagógicos junto aos professores e alunos; outra dimensão se dá em relação à comunidade escolar, principalmente às famílias dos alunos, buscando promover sua integração com a escola; e a terceira refere-se à articulação externa, seja com os sistema educacional, seja com outros setores da comunidade. Essas atribuições constituem-se em fatores fundamentais para o sucesso do processo de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, contribuindo, assim, para a redução dos graves problemas da repetência e da evasão escolar. No entanto, o Projeto de Lei em exame apresenta excessivo detalhamento acerca das atribuições profissionais deste educador. As atividades educacionais modificam-se em função dos novos tempos e das novas tecnologias. Por isso, parece-nos mais adequado que uma lei de abrangência nacional defina apenas as regras gerais, isto é, o campo de atuação do supervisor educacional. O detalhamento das competências deve ser estabelecido pelos sistemas de ensino, no âmbito de suas necessidades e peculiaridades.” Pelo exposto no

voto do ilustre Deputado Wolney Queiroz, que subscrevemos, e em acordo com o ilustre deputado César Schirmer sobre a necessidade de regulamentar a profissão de supervisor educacional, nosso parecer é favorável às proposições contidas em seu Projeto de Lei, reformuladas no Substitutivo que ora submetemos à consideração das senhoras e senhores parlamentares desta Comissão. Sala da Comissão, em de de 2003. Deputada KELLY MORAES Relatora COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.412, DE 2001 113 Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica instituída e regulamentada, nos termos desta Lei, a profissão de Supervisor Educacional.

Art. 2º. O exercício da profissão de Supervisor Educacional é prerrogativa dos portadores de diploma de curso de graduação obtido em instituição de ensino superior devidamente autorizada e credenciada pela autoridade competente do sistema de educação nacional. Parágrafo único. O diploma referido no caput deste artigo pode ser obtido em: I – curso de Pedagogia, Habilitação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar; II – instituição estrangeira de ensino superior, revalidado e registrado como equivalente ao diploma mencionado no inciso I; III – curso de pós-graduação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar.

Art. 3º. O campo de atuação do Supervisor Educacional abrange: I – os órgãos centrais e regionais dos sistemas de ensino; II – as instituições de ensino; III – todas as áreas que desenvolvem ação de formação.

Art. 4º. Compete ao Supervisor Educacional coordenar, planejar, pesquisar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, controlar, acompanhar, orientar, executar e avaliar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes e pareceres técnicos, científicos e pedagógicos, na área educacional.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2003. 114 Deputada KELLY MORAES Relatora
CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO PROJETO DE LEI Nº 4.412-A, DE
2001 III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 4.412-A/2001 e o Substitutivo adotado pela Comissão de Educação e Cultura, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Alceu Collares. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tarcisio Zimmermann - Presidente, Dra. Clair e Isaías Silvestre - VicePresidentes, Carlos Alberto Leréia, Cláudio Magrão, Clóvis Fecury, Daniel Almeida, Érico Ribeiro, Jovair Arantes, Jovino Cândido, Leonardo Picciani, Luiz Antonio Fleury, Milton Cardias, Paulo Rocha, Rodrigo Maia, Vicentinho, Ann Pontes, Ariosto Holanda e Carlos Sampaio.

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 2004. Deputado TARCISIO ZIMMERMANN Presidente COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO PROJETO DE LEI No 4.412, DE 2001 Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências. Autor: Deputado CEZAR SCHIRMER Relator: Deputado ALCEU COLLARES 115

I - RELATÓRIO A iniciativa em epígrafe objetiva regulamentar o exercício da profissão de Supervisor Educacional, que terá como âmbito de atuação as atividades de administração escolar. A Comissão de Educação, Cultura e Desporto já deliberou favoravelmente, tendo aprovado o parecer da Deputada Kelly Moraes, com substitutivo. Não foram recebidas emendas ao projeto no prazo regimental. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR O exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que lícitos, é livre em todo o território nacional, conforme preceitua o inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal, podendo sofrer restrições quando o exigir o interesse público, através do estabelecimento de qualificações profissionais, com o intuito de preservar o interesse da sociedade, preservando-

lhe o direito ao acesso a serviços profissionais com qualidade, sempre que estiverem envolvidos bens de suma importância relacionados à vida, à segurança, ao patrimônio, ao meio ambiente e à educação. O projeto em apreciação, sob o enfoque do campo temático desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, merece ser aprovado, primeiro, pelo seu mérito, já que regulamenta o acesso profissional às atividades de supervisão educacional, fundamentais para a prestação de um ensino de qualidade à sociedade, além de não encontrar qualquer óbice na jurisprudência deste órgão, no que pertine ao tema regulamentação de profissões. A Comissão de Educação, Cultura e Desporto já adequou o projeto às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retirando de seu texto original o excessivo detalhamento acerca das atribuições profissionais do Supervisor Educacional, reservando tal especificação aos sistemas de ensino, no âmbito de suas necessidades e peculiaridades. A única impropriedade constante do texto original foi afastada pela CECD e consistia em tornar exclusivo dos portadores de diploma de curso superior em Pedagogia o exercício da profissão de Supervisor Educacional, previsão inconciliável com o texto constitucional do art. 5º, inciso XIII, dispositivo responsável pela positivação do princípio da liberdade de trabalho. Pelo Substitutivo apresentado pela Deputada Kelly Moraes e aprovado 116 pela CECD, não somente os titulados em Pedagogia podem exercer a supervisão educacional, mas também os pós-graduados em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar. Além do respeito que todos devemos para com o pronunciamento dos nobres integrantes da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, entendemos, com base nas considerações apresentadas, ser perfeitamente cabível e necessária a regulamentação pretendida, razão pela qual votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 4.412, de 2001, do ilustre Deputado Cezar Schirmer, nos termos do Substitutivo da CECD, com toda a simpatia que nos merece o trabalho dos Supervisores Educacionais, de tão indiscutível importância no contexto da Educação em nosso País. Sala da

Comissão, em de de 2004. Deputado ALCEU COLLARES

Relator

